



PMS/CPL
Proc. PE nº 020/2026
Fls. Nº _____
Rubrica _____

Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

Pregão Eletrônico 020/2026	Data de abertura: 15/05/2024 às 09:00 (horário de Brasília)		
TC 020901.2026.03.020-10			
Objeto EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, EQUIPAMENTOS DE ARBITRAGEM, VESTUÁRIO E PREMIAÇÕES, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SILVESTUR E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SILVES/AM, conforme especificações constantes do Anexo I.			
Registro de preço: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Vistoria: <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Instrumento Contratual: Ata de Registro de Preço	Forma de adjudicação: Por grupo
Licitação exclusiva ME/EPP: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra ou demonstração: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Prazo para envio da proposta/documentação: 2 (duas) horas da convocação efetuada pelo Pregoeiro.			
Pedidos de esclarecimentos: Até 12/05/2026, para o endereço eletrônico licitacao@silves.am.gov.br ou presencialmente para o endereço da Comissão de Contratação, sendo em ambos no horário das 08:00 às 14:00h.		Impugnações: Até 12/05/2026, para o endereço eletrônico licitacao@silves.am.gov.br ou presencialmente para o endereço da Comissão de Contratação, sendo em ambos no horário das 08:00 às 14:00h.	
Documentação de habilitação			
Requisitos básicos: <ol style="list-style-type: none">Habilitação jurídica;Regularidade fiscal e trabalhista;Comprovação de qualificação econômico-financeira;Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc);Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc);Consulta acerca de restrição de contratação com a Administração Pública no SICAF (https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultar_RestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf)		Requisitos específicos <ol style="list-style-type: none">Capacidade técnica	
Observações gerais			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o intervalo mínimo estabelecido no item 7.8 do Edital.			
Em caso de divergência entre Edital e sistema, prevalece o Edital e seus anexos			
O número 90021 no sistema é apenas obrigatoriedade do mesmo, sendo o número do certame o que constar após o prefixo 9000.			



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. Seleção de proposta mais vantajosa para **Registro de Preços** visando a EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, EQUIPAMENTOS DE ARBITRAGEM, VESTUÁRIO E PREMIAÇÕES.

1.2. A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo critério de **menor preço por item/grupo**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

2.1. A adoção do SRP justifica-se pela impossibilidade de definir previamente o momento exato da demanda e o quantitativo preciso a ser consumido, permitindo que a Administração convoque a fornecedora apenas quando houver necessidade real.

2.2. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade (Art. 84 da Lei 14.133/21).

3 – JUSTIFICATIVA

3.1. **Para a SEMED (JEAs 2026):** Atender à demanda da Seletiva Regional do Polo 2, garantindo infraestrutura esportiva oficial, identidade visual das delegações e premiação para os 1.200 estudantes-atletas participantes.

3.2. **Para a SILVESTUR:** Fomentar o esporte amador e de lazer nas zonas urbana e rural, equipando seleções municipais e escolinhas de iniciação esportiva, visando a inclusão social e o turismo esportivo.

3.3. **Eficiência Administrativa:** A unificação dos certames visa a economia de escala, padronização dos materiais e celeridade processual.

4 – PRAZOS E EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contado da sua assinatura, não admitindo prorrogação.

4.2. Somente será admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do artigo 84, da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

4.3. O prazo máximo para fornecimento do produto é de **até 15 (quinze) dias**, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

5 – DOS ENCARGOS DO CONTRATADO

5.1. Além das obrigações expressas no Edital, as partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e no Termo de Contrato, caso seja celebrado, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. O Fornecedor se obrigará a **fornecer os materiais**, observando-se as seguintes condições:

- a) **Entrega dos materiais esportivos** licitados de acordo com as especificações técnicas, marcas e padrões de qualidade definidos no Adendo I deste Termo de Referência;
- b) Atender com prioridade as solicitações da Administração Municipal, especialmente quanto aos cronogramas dos Jogos Escolares (JEAs) e eventos da SILVESTUR;
- c) Entregar os materiais dentro dos prazos estabelecidos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada apresentada antes do vencimento, cabendo à Administração a análise e deferimento;
- d) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preço e de futuros contratos, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal sempre que solicitado;
- e) **Substituir ou repor**, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, os materiais que apresentarem vícios, defeitos de fabricação, avarias de transporte ou especificações diferentes das aprovadas, mesmo que o defeito seja constatado durante o uso no período de garantia;
- f) Responsabilizar-se pela **garantia técnica** dos materiais e equipamentos esportivos pelo prazo estipulado neste Termo e pelo Código de Defesa do Consumidor;
- g) Respeitar as normas de entrega e descarga de mercadorias nas dependências do Almoxarifado Central ou locais designados pela SILVESTUR/SEMED;
- h) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros durante a entrega e descarregamento dos materiais, decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos;
- i) Responsabilizar-se por todos os **encargos fiscais, comerciais, previdenciários e, especialmente, de transporte e frete (incluindo logística terrestre)** até o destino em Silves/AM;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

- j) Fornecer materiais novos, de primeiro uso, em embalagens originais e lacradas, que garantam a integridade do produto até o destino;
- k) Manter um Preposto para prestar esclarecimentos técnicos sobre os materiais e atender prontamente às reclamações de qualidade;
- l) Informar em tempo hábil qualquer motivo impeditivo (como falta de insumos no fabricante ou problemas no transporte) que impossibilite o cumprimento do prazo de entrega;
- m) Prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados sobre a correta utilização ou montagem de equipamentos (ex: mesas de tênis de mesa ou placares);
- n) É de inteira responsabilidade do Fornecedor o acatamento de orientações apenas da Administração ou fiscais designados, sendo estes os únicos legítimos para alterar configurações ou determinar locais de entrega.

2. Compete, ainda, ao Fornecedor:

- a) Responder por danos e perdas causados à Administração por produtos entregues fora dos padrões técnicos que venham a comprometer a segurança dos atletas;
- b) Relatar imediatamente qualquer irregularidade observada na requisição ou no local de entrega que possa comprometer a integridade dos materiais;
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como: seguros, taxas, impostos e contribuições sociais vigentes;
- d) Fornecer aos seus entregadores e prepostos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para o descarregamento seguro de materiais pesados (ex: traves e mesas);
- e) Responsabilizar-se por ações judiciais de terceiros ligadas ao fornecimento dos materiais (ex: violação de patente ou marcas registradas);
- f) Garantir que os materiais de vestuário e premiação sigam rigorosamente a **identidade visual** fornecida pela Administração.

6 – DOS ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO

6.1. A Administração Municipal e a Fundação SILVESTUR se obrigam a:

- a) Prestar todas as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Fornecedor que sejam pertinentes às especificações técnicas dos materiais esportivos (tamanhos, cores, pesos e marcas), visando a fiel execução do objeto;
- b) Receber o objeto em dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00, no Almoxarifado Central ou em local previamente determinado na Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

- c) Designar, por meio de portaria, servidores (Fiscais de Contrato) para acompanhar, conferir e fiscalizar a entrega dos materiais, verificando sua conformidade com o Termo de Referência, nos termos do **art. 117 da Lei 14.133/2021**;
- d) Fornecer a relação de órgãos (SEMED e SILVESTUR) e os servidores autorizados para o recebimento e atesto dos produtos;
- e) Fornecer os modelos de logomarcas e artes finais para a personalização de uniformes, medalhas e troféus, em tempo hábil para a produção;
- f) Notificar o Fornecedor, por escrito e imediatamente, sobre a ocorrência de eventuais falhas, avarias de transporte ou produtos entregues em desacordo com as especificações, fixando prazo para sua correção ou substituição;
- g) Solicitar formalmente a correção, remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, incorreções nas artes de personalização ou problemas com a qualidade e validade da garantia;
- h) Disponibilizar local adequado e com segurança para o descarregamento e armazenamento dos materiais esportivos entregues;
- i) Efetuar o pagamento conforme Nota Fiscal, após o aceite definitivo do objeto, condicionado ao atesto do servidor/fiscal designado, observando a regularidade fiscal do fornecedor e o fluxo financeiro da Administração ou da Fundação;
- j) Garantir o livre acesso dos entregadores da Contratada aos locais de descarga, desde que devidamente identificados e cumprindo as normas de segurança do órgão.

7 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

7.1. Com fundamento nos **artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021**, o Fornecedor estará sujeito às sanções abaixo, garantida a prévia defesa, se:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da **entrega dos materiais**;
- c) Falhar na execução da Ata ou Contrato (exemplo: entregar material fora da especificação);
- d) Fraudar a execução;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o Município ou a **SILVESTUR** poderá aplicar as seguintes sanções:



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

I. ADVERTÊNCIA: Aplicada por escrito em casos de faltas leves que não prejudiquem o cronograma do JEAs ou das Escolinhas da Fundação.

II. MULTA:

a) **Moratória:** 0,33% por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais, sobre o valor da parcela inadimplente, até o limite de 10%.

b) **Compensatória:** De **10% a 30%** sobre o valor total do Contrato/Empenho em caso de inexecução total ou parcial que impeça a realização de eventos esportivos programados.

III. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Silves pelo prazo de **até 3 (três) anos**, nos casos das alíneas “b”, “c” e “d” do item 7.1.

IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de **todos os entes federados**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas “a”, “e”, “f” e “g” do item 7.1.

7.3. Do Processo de Aplicação:

7.3.1. Para as sanções de **Multa e Impedimento**, o fornecedor terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentar defesa prévia, contados da data da intimação (**Art. 157**).

7.3.2. Para a sanção de **Declaração de Inidoneidade**, o prazo de defesa será de **15 (quinze) dias úteis**, e a competência para aplicação é exclusiva do Prefeito Municipal.

7.4. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela **SEMED** ou **SILVESTUR**, ou cobradas judicialmente.

7.5. **Agravante JEAs:** Caso o atraso na entrega dos materiais de premiação ou equipamentos técnicos inviabilize a realização da **Seletiva Regional do JEAs**, tal fato será considerado **falha grave**, sujeitando a empresa à multa máxima e abertura de processo de inidoneidade por prejuízo ao interesse público.

8 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O recebimento dos materiais esportivos será realizado pela **Prefeitura Municipal (Almoxarifado Central)** ou pela **SILVESTUR**, conforme indicado na Nota de Empenho.

8.2. O objeto será recebido na forma estabelecida no **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**:

- **Provisoriamente:** No ato da entrega, para posterior verificação de conformidade;
- **Definitivamente:** Em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, após conferência técnica de quantidades, marcas, tamanhos e qualidade (especialmente para bolas e uniformes).

8.3. O fiscal ou comissão responsável atestará o cumprimento das condições do Edital, emitindo o **Termo de Recebimento Definitivo** ou o atesto na Nota Fiscal.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

8.4. A assinatura no canhoto da Nota Fiscal no ato da entrega serve apenas como comprovante de data para fins de logística, não implicando em aceitação definitiva do material.

8.5. Materiais entregues em desacordo com as especificações (ex: bolas de marca inferior, tamanhos de uniformes errados ou troféus avariados) serão **recusados**, sujeitando o Fornecedor às sanções previstas.

8.6. O Fornecedor deverá substituir os produtos recusados no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** (prazo ajustado para logística fluvial), contados da notificação, sem ônus para a Administração.

8.7. **Prazo de Entrega:** O prazo máximo para entrega integral dos materiais será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

- *Justificativa:* O prazo considera o tempo de personalização de uniformes/premiações e a logística de transporte para o Município de Silves.

8.8. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva **Nota Fiscal** e cópia da **Nota de Empenho** e/ou **Ordem de Fornecimento/Contrato**.

8.9. O detentor da Ata de Registro de Preços fica obrigado a atender a todas as ordens de fornecimento emitidas durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega ocorra após o vencimento do prazo de validade da mesma, desde que a emissão da ordem de fornecimento tenha ocorrido dentro da vigência.

8.10. Caso a empresa vencedora tenha sede fora do Município, deverá disponibilizar canal de comunicação direta (e-mail e telefone) e indicar preposto responsável pela logística de entrega e conferência.

9 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização desta aquisição serão exercidos por servidores especificamente designados para estas atribuições, conforme determina o **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

9.2. Considerando a natureza técnica e a diversidade dos materiais (bolas, uniformes e premiações), a fiscalização compreenderá:

- **Conferência Técnica:** Verificar se as marcas, pesos, medidas e materiais (ex: nylon, couro sintético, gramatura de tecido) conferem com o proposto;
- **Avaliação de Qualidade:** Testar a integridade dos equipamentos e a fidelidade das artes de personalização (logomarcas);
- **Regularização:** Determinar a substituição imediata de itens com defeitos, falhas de impressão ou avarias de transporte.

9.3. **Fiscalização por Órgão:**

- A **SEMED** designará fiscal próprio para os materiais destinados ao JEAs;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

- A **SILVESTUR** designará fiscal próprio para os materiais destinados ao fomento das comunidades rurais/urbanas;
- Cada fiscal será responsável por atestar as Notas Fiscais referentes à dotação orçamentária de sua respectiva unidade.

9.4. Não obstante ser o **FORNECEDOR** o único e exclusivo responsável pela qualidade e entrega dos produtos, a Administração e a Fundação reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização, sem restringir a responsabilidade da contratada.

9.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos fiscais designados serão encaminhadas à autoridade superior competente (Secretário de Educação ou Diretor Presidente da SILVESTUR) para adoção das medidas cabíveis, nos termos do **§ 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

9.6. O fiscal terá poderes para recusar qualquer produto que não se enquadre nas especificações e padrões exigidos, bem como determinar a suspensão do recebimento caso o fornecedor descumpra normas de segurança ou logística durante o descarregamento.

9.7. A atuação da fiscalização não exime o fornecedor da responsabilidade por vícios ocultos constatados após o recebimento definitivo, especialmente durante o uso dos materiais nas competições esportivas.

10 – PAGAMENTO

10.1. O pagamento resultante desta aquisição será efetuado de acordo com as normas financeiras do Município de Silves, após a **efetiva entrega e aceite definitivo** dos materiais esportivos, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme o **art. 141 da Lei nº 14.133/2021**.

10.2. Independência de Pagamento:

- Os pagamentos relativos aos materiais destinados à **SEMED (JEAs)** serão processados e pagos pela Prefeitura Municipal;
- Os pagamentos relativos aos materiais destinados à **SILVESTUR** serão processados e pagos pela própria Fundação, utilizando dotação orçamentária e recursos financeiros próprios, dada sua autonomia.

10.3. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, que deve ser obrigatoriamente servidor que não o Ordenador de Despesas.

10.4. Nos casos de eventuais atrasos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira (juros de mora de 0,5% ao mês ou 6% ao ano), calculados pro rata die mediante a fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

(Sendo $I = 0,00016438$; N = número de dias em atraso; VP = valor da parcela).

10.5. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira (multas) ou irregularidade documental/fiscal da Contratada. A Administração poderá reter valores devidos para cobrir multas aplicadas.

10.6. **Retenção de Imposto de Renda:** Em cumprimento ao **Decreto Municipal nº 551/2023**, a Administração efetuará a retenção do Imposto de Renda na fonte sobre os pagamentos realizados, conforme as alíquotas vigentes, salvo se a empresa comprovar documentalmente o enquadramento em regime de isenção ou imunidade. Sugerimos observar com atenção o disposto no referido Decreto e Ofício Circular, disponíveis para consulta no Portal da Transparência (aba Prefeituras, Silves, Procedimentos Licitatórios, através do link <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/silves/t/procedimentos-licitatorios>) e também consta nos anexos deste Edital.

10.7. **Documentação exigida para Liquidação (TCE/AM):** O Fornecedor deverá apresentar, anexo à Nota Fiscal, os seguintes comprovantes de regularidade (em validade):

- I. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (INSS/FGTS);
- II. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- V. Certidão de Falência e Recuperação Judicial.

10.8. Ao Fornecedor caberá sanar qualquer falha apontada na Nota Fiscal ou na documentação em até 48 horas, sob pena de suspensão da contagem do prazo de pagamento.

11 – ESTIMATIVA DA DESPESA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DA REVISÃO:

11.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os valores serão fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses de **restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** previstas na alínea “d” do inciso II do **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. O Município de Silves, por meio do Órgão Gerenciador, acompanhará periodicamente os preços de mercado para garantir a vantajosidade da Ata. Serão considerados compatíveis os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média apurada em novas pesquisas.

11.3. A revisão de preços poderá ocorrer quando houver desequilíbrio na equação econômico-financeira inicial, decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente o fornecimento dos materiais.

11.4. A comprovação do desequilíbrio deverá ser instruída com documentos robustos, tais como:



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

- Tabelas de preços oficiais de fabricantes de materiais esportivos;
- Notas fiscais de aquisição de insumos (tecidos, borrachas, polímeros) comparativas entre a data da proposta e a data do pedido;
- **Comprovantes de custos logísticos e fretes (incluindo transporte terrestre)**, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento da solicitação de revisão.

11.5. Em qualquer hipótese, o novo preço revisado não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, mantendo-se a proporcionalidade da diferença percentual apurada entre o valor original da proposta e o valor de mercado à época do registro.

11.6. Da Negociação de Preços:

- Se o preço de mercado se tornar inferior ao registrado, o Município convocará o Fornecedor para negociar a redução do valor.
- Caso a negociação reste frustrada e o Fornecedor não aceite reduzir o preço ao nível de mercado, este será liberado do compromisso sem aplicação de penalidades quanto ao item em questão.
- Nesta hipótese, o Município convocará os demais Fornecedores registrados, respeitando a ordem de classificação, para verificar se aceitam o fornecimento pelo novo preço reduzido.

11.7. A revisão de preços não se confunde com **reajuste anual**, sendo permitida em qualquer tempo da vigência da Ata, desde que devidamente motivada e comprovada por fatos supervenientes.

11.8. O Fornecedor deverá manter o fornecimento dos materiais esportivos nas condições originais até que a Administração formalize a decisão sobre o pedido de reequilíbrio, sob pena de sanções por interrupção injustificada.

13 – DA AMOSTRA

12.1. **Fica dispensada a exigência de apresentação de amostras** durante a fase de julgamento da licitação, devendo o critério de qualidade ser aferido no ato da entrega técnica (recebimento provisório).

12.2. A licitante vencedora deverá fornecer produtos de **qualidade técnica comprovada**, novos e de primeiro uso, que atendam rigorosamente a todas as especificações, marcas e padrões de qualidade definidos no Adendo I (Tabela de Itens).

12.3. Os materiais esportivos, de vestuário e premiação deverão apresentar rotulagem e identificação conforme a legislação vigente, contendo obrigatoriamente:

- a) Identificação clara do fabricante/marca e CNPJ;
- b) Composição do material (ex: tipo de polímero, gramatura do tecido, etc.);
- c) Instruções de conservação e garantia contra defeitos de fabricação;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

d) Selos de certificação ou conformidade com normas técnicas das federações esportivas correspondentes, quando aplicável.

12.4. A ausência de exigência de amostra não exime a contratada de fornecer materiais de alto desempenho. A Administração Municipal e a **SILVESTUR** reservam-se o direito de recusar, no todo ou em parte, itens que apresentem:

- a) Qualidade inferior à descrita na proposta;
- b) Defeitos de acabamento, costura ou impressão de logomarcas;
- c) Marcas ou modelos diferentes dos homologados no certame.

12.5. As empresas vencedoras serão responsáveis pela garantia dos materiais conforme os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e pelo Código de Defesa do Consumidor (mínimo de 90 dias para bens duráveis).

12.6. Em qualquer fase do fornecimento, caso seja constatado que o material entregue não possui as características técnicas exigidas (ex: uniformes com transparência ou bolas de baixa resistência), o Fornecedor será notificado para substituição imediata, sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas no **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

12.7. A aceitação do objeto pelo fiscal de contrato não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios ocultos ou pela segurança dos equipamentos utilizados pelos atletas nas zonas urbana e rural.

12.8. Será de inteira responsabilidade das empresas vencedoras a qualidade físico-mecânica e a durabilidade dos produtos licitados, devendo estes suportar as condições climáticas e de uso intenso previstas para o evento JEAs e para as escolinhas da Fundação.

13 – LOCAL DE ENTREGA

13.1. Os produtos deverão ser entregues no **Almoxarifado Central**, situado em Silves/AM, ou na **sede da SILVESTUR**, conforme especificado em cada Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

13.2. O prazo para fornecimento e entrega integral dos materiais (especificados na ordem de fornecimento) é de até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho pelo fornecedor.

13.3. A entrega será efetivada mediante a solicitação dos fiscais designados pela **SEMED** (para o JEAs) ou pela **SILVESTUR**, responsáveis por acompanhar e atestar o recebimento do objeto.

13.4. O FORNECEDOR deverá executar fielmente as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações de marca, modelo ou especificações técnicas sem prévia consulta e concordância formal do Responsável pela fiscalização.

13.5. Os produtos deverão ser entregues em **embalagens originais de fábrica**, devidamente lacradas e



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

identificadas, garantindo a integridade dos materiais durante o transporte.

13.6. Em caso de constatação de vícios, defeitos, avarias de transporte ou especificações divergentes, o fornecedor deverá promover a substituição do material no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação oficial, sem qualquer ônus adicional para a Administração ou para a Fundação.

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. É expressamente vedada ao FORNECEDOR a subcontratação para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, sendo este o único responsável pela qualidade e entrega dos materiais perante a SEMED e a SILVESTUR.

14.2. A garantia dos produtos seguirá as determinações do Código de Defesa do Consumidor e normas técnicas brasileiras, com prazo mínimo de **90 (noventa) dias para bens duráveis**, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos.

14.3. A Prefeitura e a SILVESTUR não fornecerão à Licitante Vencedora nenhum tipo de material, equipamento ou mão de obra para a logística de transporte e descarregamento dos produtos.

14.4. A Licitante Vencedora arcará com toda a estrutura necessária ao integral fornecimento, incluindo custos com embalagens especiais, seguros e fretes (aéreo, rodoviários e fluviais) até o destino final.

14.5. **DO REGIME DE EXECUÇÃO:** O fornecimento será realizado sob o regime de **Entrega Parcelada**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme a necessidade de cada órgão participante.

14.6. **DO CRITÉRIO de JULGAMENTO:** A adjudicação será feita pelo critério de **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE**, visando garantir a maior competitividade e economia para o erário municipal.

14.7. O fornecedor deverá garantir que os materiais técnicos (bolas, redes e implementos de atletismo) atendam às dimensões e pesos regulamentares das Federações Esportivas correspondentes.

15 – RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA e ELABORAÇÃO DO TERMO

15.1. Secretaria Municipal de Educação, na pessoa de seu Secretário Sr. **Menderson Ribeiro**.

15.2. Fundação Municipal SilvesTur, na pessoa de sua presidente, a Sra. **Rucileia Melo da Costa**.

Menderson Ribeiro dos Santos
Secretário Municipal de Educação

Rucileia Melo da Costa
Presidente SILVESTUR



PMS/CPL
Proc. PE nº 020/2026
Fls. Nº _____
Rubrica _____

Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

16 – RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FISCALIZADORA

16.1. Gestora de Atas de Registro de Preços, Sra. Elcelene Batista Gonçalves, e Gestor de Contratos Públicos Sr. Wendell da Gama Feitosa, bem como os demais secretários e servidores designados.

17 – DATA DE APROVAÇÃO DO TERMO

Silves-AM, 05 de maio de 2026.

18 – AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA
Prefeito



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

ADENDO I – QUADRO DETALHADO DOS PRODUTOS E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT. TOTAL
G1				
1	BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO TAMANHO 5	Bola de futebol de campo destinada a jogo e treinamento, confeccionada em material externo de PU (Poliuretano) de alta resistência com acabamento especial para durabilidade e conforto ao toque. Superfície externa com textura para aderência e controle de trajetória. Construção com costura à máquina reforçada, garantindo resistência ao desgaste e uso intenso. Câmara de ar interna de butil com alta capacidade de retenção de ar para manutenção da pressão e esfericidade. Peso: Entre 410g e 450g. Circunferência: Entre 68cm e 70cm (TAMANHO OFICIAL Nº 5). Referência de Qualidade: Marca Penalty, modelo Storm XXIII ou superior de padrão técnico e desempenho equivalente.	UNIDADE	50
2	BOLAS DE FUTSAL	Peso: 410-430 g Circunferência: 62,5-63,5 cm Gomos: 14 Laminado PU PRO: Alta performance no grip e controle da bola, sem perder o conforto. Construção TERMOTEC + DUPLA COLAGEM: Termo fusão que garante 0% de absorção de água, dupla camada de colagem, reforça ainda mais a junção dos gomos e garante a vida útil da bola por muito mais tempo. Câmara 6D: Câmara de borracha butílica, composta por 6 discos posicionados simetricamente para equilíbrio total da bola. Camada interna EVACEL: Camada de amortecimento interno, que proporciona conforto e reduz impactos. Sistema de forro TERMOFIXO: A câmara é enrolada com 3 mil metros de fios sintéticos em um sistema multiaxial, que recebe um tratamento térmico com borracha natural. Miolo Cápsula SIS: lubrificado e substituível. Calibragem: 8-9 libras.	UNIDADE	30
3	BOLAS DE FUTSAL (MAXX 200)	Peso: 350-380 g Circunferência: 55-58 cm Gomos: 14 Laminado PU: Conforto, aderência emaciez no domínio. Construção TERMOTEC + DUPLA COLAGEM: Termo fusão que garante 0% de absorção de água, dupla camada de colagem, reforça ainda mais a junção dos gomos e garante a vida útil da bola por muito mais tempo. Câmara 6D: Câmara de borracha butílica, composta por 6 discos posicionados simetricamente para equilíbrio total da bola. Sistema de forro TERMOFIXO: A câmara é enrolada com 3 mil metros de fios sintéticos em um sistema multiaxial, que recebe um tratamento térmico com borracha natural. Miolo Cápsula SIS: lubrificado e substituível. Calibragem: 8-9 libras.	UNIDADE	30
4	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA	Painéis: 18 Pannel Microfibra Tamanho: 5 - Oficial Composição: Composite cover Circunferência: 65-67cm Peso: 260-280g Laminada e com tratamento antibactericida Calibragem: 4.27 - 4.62 psi	UNIDADE	25
5	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA, OFICIAL	Peso: 260-280g.Circunferência: 66-68cm. Gomos: 12. Laminado Microfibra: Material de revestimento macio e aderente, projetado especificamente para garantir maior conforto no toque, elevar a performance e proporcionar controle absoluto nas jogadas. Camada interna Neogel: Composto de amortecimento interno COM REFERÊNCIA MARCA Penalty. Formulado à base de borracha de alta elasticidade, entrega resiliência superior, tornando a resposta da bola mais macia e veloz. Tecnologia construção Termotec: Tecnologia avançada de Termofusão que garante 0% de absorção de água. Confere maior durabilidade e velocidade à bola, sendo um processo tecnológico essencial para produtos de alta performance. Miolo: Cápsula sis. Calibragem: 3-4 lbs.	UNIDADE	30



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

6	BOLA DE HANDEBOL H1	Bola de Handebol para uso profissional em jogos e treinos, Tamanho 1 (H1), na cor amarela, com circunferência entre 50 - 52 cm e peso variando entre 290g - 330g. O produto deve possuir certificação ou conformidade técnica com os padrões da Federação Internacional de Handebol (IHF) e de confederações nacionais de alto rendimento. O revestimento externo deve ser confeccionado em PU (Poliuretano) macio, com tecnologia de material antiderrapante e acabamento em alto relevo, garantindo excelente grip (aderência) e controle da bola, mesmo sem a utilização de resina/cola, sendo plenamente compatível com o uso destas. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Cor: Amarela. Construção: Processo de produção que assegure a circularidade perfeita e estabilidade da forma, composta por painel de 30 gomos. Amortecimento: Sistema de laminação multicamadas com espuma de alta performance, proporcionando toque macio e excelente capacidade de rebote (quique). Núcleo Interno: Câmara de ar em látex com laminação têxtil para prevenir deformações por excesso de pressão, minimizar a perda de ar e assegurar a esfericidade. Manutenção: Miolo (válvula) removível e lubrificado, facilitando a substituição e garantindo a vedação. Estética: Acabamento na cor amarela vibrante, garantindo alta visibilidade em quadra para atletas e arbitragem. Segurança e Durabilidade: Material resistente ao desgaste por uso contínuo em quadras poliesportivas, mantendo as propriedades de aderência e maciez.	UNIDADE	30
7	BOLA DE HANDEBOL H2	Bola de Handebol para uso profissional em jogos e treinos, Tamanho 2 (H2), na cor amarela, com circunferência entre 54 – 56 cm e peso variando entre 325g – 375g. O produto deve possuir certificação ou conformidade técnica com os padrões da Federação Internacional de Handebol (IHF) e de confederações nacionais de alto rendimento. O revestimento externo deve ser confeccionado em PU (Poliuretano) macio, com tecnologia de material antiderrapante e acabamento em alto relevo, garantindo excelente grip (aderência) e controle da bola, mesmo sem a utilização de resina/cola, sendo plenamente compatível com o uso destas. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Cor: Amarela. Construção: Processo de produção que assegure a circularidade perfeita e estabilidade da forma, composta por painel de 30 gomos. Amortecimento: Sistema de laminação multicamadas com espuma de alta performance, proporcionando toque macio e excelente capacidade de rebote (quique). Núcleo Interno: Câmara de ar em látex com laminação têxtil para prevenir deformações por excesso de pressão, minimizar a perda de ar e assegurar a esfericidade. Manutenção: Miolo (válvula) removível e lubrificado, facilitando a substituição e garantindo a vedação. Estética: Acabamento na cor amarela vibrante, garantindo alta visibilidade em quadra para atletas e arbitragem. Segurança e Durabilidade: Material resistente ao desgaste por uso contínuo em quadras poliesportivas, mantendo as propriedades de aderência e maciez.	UNIDADE	30
8	BOLA DE HANDEBOL H3	Bola de Handebol para uso profissional em jogos e treinos, Tamanho 3 (H3), na cor amarela, com circunferência entre 58 – 60 cm e peso variando entre 425g – 475g. O produto deve possuir certificação ou conformidade técnica com os padrões da Federação Internacional de Handebol (IHF) e de confederações nacionais de alto rendimento. O revestimento externo deve ser confeccionado em PU (Poliuretano) macio, com tecnologia de material antiderrapante e acabamento em alto relevo, garantindo excelente grip (aderência) e controle da bola, mesmo sem a utilização de resina/cola, sendo plenamente compatível com o uso destas. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Cor: Amarela. Construção: Processo de produção que assegure a circularidade perfeita e estabilidade da forma, composta por painel de 30 gomos. Amortecimento: Sistema de laminação multicamadas com espuma de alta performance, proporcionando toque macio e excelente capacidade de rebote (quique). Núcleo Interno: Câmara de ar em látex com laminação têxtil para prevenir deformações por excesso de pressão, minimizar a perda de ar e assegurar a esfericidade. Manutenção: Miolo (válvula) removível e lubrificado, facilitando a substituição e garantindo a vedação. Estética: Acabamento na cor amarela vibrante, garantindo alta visibilidade em quadra. Segurança e Durabilidade: Material resistente ao desgaste por uso contínuo em quadras poliesportivas, mantendo as propriedades de aderência e maciez.	UNIDADE	30
9	BOLA DE BASQUETE TAMANHO 7	Peso: 600-650g. Circunferência: 75-78cm. Laminado: Borracha; Forro: Termofixo; Construção: Vulcanizada; Miolo: Cápsula SIS; Borracha: Resistência. Material com alta resistência a abrasão garantindo excelente vida útil ao produto. Termofixo: Estabilidade. A câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial (mais resistência). Vulcanizada: Longa Durabilidade. Processo que passa por moldes de temperatura, fazendo a vulcanização do material. Devido à sua construção não absorver água, é ideal para esportes aquáticos e bolas outdoors (basquete e iniciação). Miolo Cápsula SIS: Praticidade. Possui miolo	UNIDADE	20



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

		lubrificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar.		
G2 – 10 ao 14				
10	DARDO INFANTIL MASCULINO	Dardo para iniciação esportiva e treinamento infantil, com peso total de 600 gramas. O corpo (haste) deve ser confeccionado em alumínio de alta resistência ou liga metálica leve, com design aerodinâmico e acabamento em pintura eletrostática de alta durabilidade. A ponta deve ser fabricada em aço galvanizado ou borracha rígida de alta densidade (conforme a necessidade de segurança do local de treino), com formato arredondado para minimizar riscos de acidentes, mantendo o centro de gravidade aferido para voo estável. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Empunhadura: Deve possuir encordoamento central (grip) em algodão, nylon ou material sintético antiderrapante, posicionado no centro de gravidade do dardo para permitir um lançamento preciso e confortável; Equilíbrio: Centro de massa ajustado para garantir a trajetória correta e a queda com a ponta direcionada ao solo; Acabamento: Superfície lisa, sem rebarbas ou irregularidades, com cores vibrantes para facilitar a visualização no campo; Segurança: Equipamento fabricado respeitando as normas de dimensões e pesos para categorias de base do atletismo.	UNIDADE	5
11	DARDO JUVENIL MASCULINO	Dardo para atletismo, categoria Juvenil Masculino, com peso oficial de 700 gramas. O corpo (haste) deve ser fabricado em liga de alumínio endurecido de alta resistência e baixa vibração, apresentando formato aerodinâmico (fusiforme) que garanta estabilidade de voo e rigidez necessária para lançamentos de alta performance. A ponta deve ser confeccionada em aço cromado ou galvanizado, com acabamento pontiagudo e polido, integrada perfeitamente à haste para evitar qualquer tipo de folga. O centro de gravidade (CG) deve ser rigorosamente aferido para assegurar o equilíbrio estático e a trajetória correta do equipamento. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Empunhadura (Grip): Deve possuir encordoamento central em fio de algodão ou material sintético antiderrapante de alta qualidade, sem nós ou emendas, posicionado exatamente sobre o centro de gravidade para maximizar o controle no lançamento; Acabamento: Pintura de alta visibilidade e resistência ao impacto, com superfície homogênea e livre de imperfeições. Normatização: O equipamento deve seguir as especificações de dimensões, diâmetro e distribuição de peso estabelecidas pelas federações internacionais de atletismo para a categoria 700g.	UNIDADE	5
12	DISCO INFANTIL FEMININO	Disco para iniciação e treinamento de atletismo, categoria infantil, com peso oficial de 750 gramas. O corpo do disco deve ser confeccionado em material termoplástico de alta resistência (ABS ou polietileno) ou madeira laminada tratada, com placas laterais perfeitamente ajustadas e fixadas. A borda externa deve ser fabricada em aço galvanizado ou liga metálica antioxidante, com acabamento polido e arredondado para garantir a segurança no manuseio e a resistência a impactos sucessivos no solo. O centro de gravidade deve ser centralizado para permitir uma rotação estável durante o voo. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Distribuição de Peso: O peso deve ser concentrado majoritariamente na borda (rim-weight) para facilitar a estabilização do lançamento por atletas iniciantes. Acabamento: Superfície lisa, sem rebarbas nas junções entre o corpo e a borda metálica, visando a proteção das mãos do atleta. Dimensões: Diâmetro e espessura seguindo as normas técnicas para a categoria de 750g. Identificação: Deve apresentar a indicação do peso gravada de forma legível e permanente no corpo do equipamento.	UNIDADE	5



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

13	DISCO INFANTIL MASCULINO	Disco para atletismo, nível de iniciação e treinamento, com peso oficial de 1,00 kg. O corpo do disco deve ser confeccionado em madeira laminada tratada ou material sintético (ABS/Nylon) de alta resistência a impactos, com acabamento liso e faces laterais ajustadas. A borda (anel externo) deve ser fabricada em aço galvanizado ou aço inoxidável, com perfil arredondado e polido, garantindo a proteção das mãos do atleta e resistência à oxidação. O design deve assegurar uma distribuição de peso equilibrada (centralizada ou com leve concentração na borda) para facilitar a estabilização do voo em lançadores iniciantes e intermediários. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Acabamento: Junção perfeita entre a borda metálica e o corpo do disco, sem frestas, rebarbas ou degraus que possam causar ferimentos. Durabilidade: Material resistente a impactos sucessivos em terrenos gramados ou caixas de areia. Normatização: Dimensões e pesos em conformidade com as regras oficiais das federações de atletismo para a categoria de 1kg. Identificação: Gravação do peso de forma permanente e visível no centro ou na lateral do disco.	UNIDADE	5
14	DISCO JUVENIL MASCULINO	Disco para atletismo, categoria Juvenil Masculino, com peso oficial de 1,50 kg. O corpo do disco deve ser fabricado em material sintético de alto impacto (ABS ou Nylon) ou madeira laminada de alta densidade, com faces laterais reforçadas para resistir a impactos em alta velocidade. A borda externa (anel) deve ser confeccionada em aço galvanizado ou aço inoxidável, apresentando acabamento polido e geometria aerodinâmica. O centro do disco deve possuir placas de fixação metálicas para garantir a estabilidade do centro de gravidade e a correta distribuição de massa, assegurando uma rotação uniforme e voo estável. ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS: Distribuição de Massa: Peso concentrado na borda metálica para garantir maior momento de inércia, adequado para atletas em nível de competição juvenil. Acabamento: Superfície das faces e da borda totalmente lisas, sem arestas cortantes ou imperfeições na junção entre os materiais, visando a segurança e o conforto na empunhadura. Resistência: Equipamento projetado para suportar quedas sucessivas em solo gramado sem sofrer deformações estruturais ou desprendimento de peças. Padronização: Dimensões (diâmetro e espessura) rigorosamente de acordo com as normas da World Athletics (IAAF) para o peso de 1,5 kg. Identificação: Indicação do peso (1,5 kg) gravada de forma indelével no corpo do equipamento.	UNIDADE	5
G3 – 15 ao 16				
15	TABULEIRO XADREZ	Conjunto de jogo de xadrez completo, composto por tabuleiro tipo estojo e 32 peças (16 brancas/bege e 16 pretas). O tabuleiro deve ser confeccionado em madeira MDF de alta densidade, com acabamento envernizado que garanta proteção contra umidade e durabilidade ao uso contínuo. As dimensões devem ser de 40 x 40 x 3 cm. As peças devem ser fabricadas em plástico maciço (poliestireno ou similar), com design oficial, apresentando alta resistência a impactos e peso equilibrado para estabilidade durante o jogo. O conjunto total deve possuir peso aproximado de 1.400 gramas, conferindo robustez ao produto.	UNIDADE	10
16	CRONOMETRO JOGO XADREZ	Características Técnicas: Tipo: Relógio de Xadrez Digital; Cor: Variado; Material: Plástico de alta durabilidade; Dimensões: 176mm x 100mm x 58mm; Peso: Aproximadamente 282g; Bateria: Requer 2 pilhas AA	UNIDADE	5
G4 – 17 ao 20				
17	MESA DE TENIS DE MESA	Mesa para Tênis de Mesa em tamanho oficial, com dimensões de 2,74 m (comprimento) x 1,52 m (largura) x 0,76 m (altura). O tampo deve ser confeccionado em MDF (Medium Density Fiberboard) ou MDP de alta densidade, com espessura mínima de 15 mm (ou superior, conforme necessidade do órgão), garantindo o quique uniforme da bola em toda a sua extensão. O acabamento superior deve ser realizado em pintura fosca na cor azul (ou verde), com linhas demarcatórias na cor branca, utilizando tinta de alta resistência a riscos e reflexos de luz. A estrutura de sustentação (pés) deve ser fabricada em tubos de aço carbono ou madeira maciça de alta estabilidade, com sistema de pintura epóxi ou acabamento resistente à corrosão. A mesa deve possuir sistema articulado/dobrável, facilitando o armazenamento, e rodízios que permitam a movimentação segura do equipamento. ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES: Segurança: Estrutura reforçada para evitar o fechamento acidental durante o uso. Acessórios inclusos: Deve acompanhar conjunto completo de rede e suportes (postes) com sistema de fixação compatível com a mesa; Conformidade: Fabricada seguindo os padrões oficiais das federações de tênis de mesa.	UNIDADE	2



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

18	RAQUETE	Par de raquetes para tênis de mesa (02 unidades), modelo com tamanho e peso oficiais. A estrutura deve ser confeccionada em madeira laminada de alta resistência, com cabo de formato anatômico para melhor empunhadura. Ambas as faces da raquete devem ser revestidas com borracha de alta aderência, contendo camada interna de esponja (espessura aproximada de 1,5 mm a 2,0 mm) para proporcionar controle de velocidade e efeito. As borrachas devem seguir o padrão de cores oficiais (uma face vermelha e uma face preta) e estar devidamente seladas à madeira, sem apresentar rebarbas ou descolamentos. O acabamento lateral deve possuir fita de proteção para evitar o desgaste da madeira em caso de impactos.	PAR	5
19	BOLA DE TENIS DE MESA	Bola para tênis de mesa, tamanho oficial, com diâmetro de 40 mm (padrão 40+). O produto deve ser confeccionado em polímero plástico (ABS) de alta resistência, garantindo durabilidade, quique uniforme e precisão de trajetória. As bolas devem apresentar superfície fosca, sem emendas aparentes (seamless) ou com emenda imperceptível, garantindo a esfericidade perfeita. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Peso: Entre 2,7g e 2,8g (conforme padrões oficiais). Cor: Branca ou laranja (conforme solicitação do órgão), com acabamento fosco para evitar reflexos. Embalagem: O item deve ser fornecido em caixa contendo 06 unidades, com identificação do fabricante e selo de conformidade técnica.	PACOTE	5
20	REDE DE TENIS DE MESA	Conjunto profissional de rede e suporte para tênis de mesa, em total conformidade com os padrões oficiais da ITTF (International Table Tennis Federation). A rede deve ser confeccionada em fibra de nylon ou algodão de alta resistência, com trama tipo "colmeia", apresentando dimensões oficiais de 183 cm de comprimento por 15,25 cm de altura. Os suportes (postes) devem ser fabricados em aço carbono ou liga metálica reforçada, com sistema de fixação tipo "parafuso" ou "braçadeira" de alta pressão, garantindo estabilidade absoluta e proteção para não danificar o tampo da mesa. O conjunto deve obrigatoriamente possuir sistema de ajuste de tensão (cordel interno) e regulagem de altura, permitindo o nivelamento preciso da rede em toda a sua extensão.	CONJUNTO	5
G5 – 21 ao 26				
21	REDE DE VÔLEI DE PRAIA	Rede de Voleibol para Vôlei de Praia, modelo oficial de competição, com dimensões de 8,50 m de comprimento por 1,00 m de altura. A rede deve ser confeccionada em fios de polietileno de alta densidade (mínimo de 2mm), com tratamento de proteção ultravioleta (UV) reforçado para exposição prolongada ao sol. A malha deve possuir formato quadrado de 10 x 10 cm, com nós estabilizados para evitar deformações. O item deve obrigatoriamente apresentar acabamento com 04 (quatro) faixas, sendo as faixas superior, inferior e laterais confeccionadas em PVC impermeável ou lona de poliéster de alta gramatura, na cor [especificar, ex: amarela, laranja ou branca], garantindo visibilidade e resistência a intempéries. ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES: Sistema de Fixação: Deve possuir cabo de aço galvanizado e revestido ou corda de polipropileno de alta resistência passando por dentro da faixa superior para perfeito tensionamento entre os postes. Acabamento: Costuras duplas com fio de nylon bonderizado (impermeável) em todas as faixas, garantindo que o tecido não se desprenda da malha sob forte tração. Acessórios de Ajuste: Presença de ilhoses metálicos com tratamento antioxidante (resistente à corrosão) nas quatro extremidades e cordas auxiliares de nylon para amarração e alinhamento lateral. Padronização: Dimensões e características em total conformidade com as regras oficiais de vôlei de praia.	UNIDADE	11
22	REDE DE VÔLEI OFICIAL DE QUADRA DE COMPETIÇÃO	Rede de Voleibol para quadra, modelo oficial de competição, com dimensões de 9,50 m de comprimento por 1,00 m de altura. A rede deve ser confeccionada em fios de polietileno de alta densidade (mínimo de 2mm a 3mm de espessura), com tratamento ultravioleta (UV) para maior durabilidade. A malha deve possuir o formato quadrado de 10 x 10 cm, com nós fundidos ou tecelagem que impeça o desfiação. O item deve obrigatoriamente possuir acabamento com 04 (quatro) faixas brancas, sendo as faixas superior, inferior e laterais confeccionadas em tecido de lona de algodão (pala de pano) ou PVC impermeável de alta gramatura, garantindo resistência à tração e facilidade de limpeza. ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES: Sistema de Fixação: Deve possuir bainhas reforçadas nas faixas para passagem de cabo de aço ou corda de poliéster de alta resistência para tensionamento. Reforço: Costuras duplas em fio de nylon de alta resistência em todas as faixas para evitar o desprendimento da rede. Ilhoses: Presença de ilhoses metálicos antioxidantes nas extremidades para auxiliar na amarração e ajuste nos postes. Conformidade: Fabricada seguindo as dimensões e padrões das federações oficiais de voleibol.	UNIDADE	11



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

23	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO FIO DE NYLON	Par Rede Gol Futebol de Campo Fio 5mm(Nylon) Modelo (Tradicional Tipo Vêu) Confeccionada na malha 15x15cm em corda trançada; Material: Polietileno de alta densidade – 100% virgem, com tratamento contra as ações (U.V); Espessura do Fio: 5mm; Dimensões: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 0,80m de recuo superior e 1,50m de recuo inferior. Cor: Branca.	PAR	100
24	JOGOS DE REDE PARA TRAVES DAS QUADRAS	Material: Fio 6 e Malha 10cm. Polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento Anti-U.V. (contra as ações do tempo). Ideal para atletas e competições profissionais, esta rede foi projetada para cumprir os padrões mais elevados do esporte. Jogo com Par de rede (2 peças);	PAR	30
25	PAR DE ANTENA DE VÔLEI DE FIBRA DE VIDRO	1 par de antenas de fibra de vidro oficial. Altura da antena: 1,80 metros de altura.	PAR	10
26	JOGO DE FITA DE MARCAÇÃO PARA VÔLEI	- Tamanho da quadra: 8x16m; - Material: Polipropileno (CA); - Contém: 6 fitas e 6 fixadores de ferro galvanizado; - Cor: Azul, Laranja, Preto; - Espessura: 5cm.	JOGO	12
G6 – 27 ao 30				
27	APITOS ARBITRAGEM	Apito profissional para arbitragem, modelo sem esfera (pealess) de 3 câmaras. Confeccionado em policarbonato de alta resistência ou plástico ABS injetado. Potência sonora de aproximadamente 115 decibéis, projetado para ser ouvido acima do ruído ambiente e de multidões. Design ergonômico que impede a retenção de saliva e garante a emissão do som mesmo em condições de chuva. Acompanha cordão de segurança com sistema de ajuste e ponteira de silicone (CMG - Cushioned Mouth Grip) para proteção dos dentes e maior aderência	UNIDADE	40
28	JOGO DE CARTÃO PARA ARBITRAGEM	Composição: Kit contendo 01 cartão amarelo e 01 cartão vermelho (padrão FIFA). Material: Fabricado em policarbonato ou PVC flexível de alta resistência, à prova d'água e resistente a dobras/quebras. Acabamento: Cores fluorescentes/neon de alta definição (estilo sand-blasted) para evitar reflexos e garantir visibilidade à longa distância. Funcionalidade: Superfície posterior quadriculada ou fosca, específica para anotações rápidas com lápis ou caneta hidrográfica, permitindo limpeza e reutilização. Dimensões aproximadas: 12 cm x 8 cm, com cantos arredondados. Acessório Incluso: Estojo (carteira) de proteção em couro sintético ou material emborrachado, com compartimentos internos para súmula, lápis e os respectivos cartões.	JOGO	65
29	KIT BANDEIRA PARA ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	Par de bandeiras de arbitragem para futebol de campo, com panos confeccionados em tecido 100% poliéster de alta visibilidade, em cores fluorescentes (geralmente em padrão xadrez amarelo e laranja) com tratamento para resistência ao desbotamento. O tecido deve possuir tecnologia que evite o enrolamento no cabo durante o movimento de sinalização. As hastes (cabos) devem ser leves e resistentes, fabricadas em alumínio ou PVC de alta resistência, possuindo manoplas (pegadores) anatômicas em espuma de alta densidade ou borracha antiderrapante para garantir a empunhadura firme, mesmo sob chuva. O kit deve acompanhar estojo/bolsa para transporte e proteção do equipamento. O tamanho deve ser o equivalente ao padrão oficial	JOGO	10
30	BOMBA PARA ENCHER BOLA	Bomba de ar manual com sistema de inflação de dupla ação (que permite o enchimento tanto no movimento de empurrar quanto no de puxar o cabo), otimizando o esforço e o tempo de enchimento. O equipamento deve ser fabricado em material termoplástico de alta resistência ou alumínio. Deve acompanhar obrigatoriamente mangueira extensora flexível e, no mínimo, 02 (duas) agulhas metálicas removíveis e rosqueáveis. Mecanismo: Dupla ação (Two-way). Acessórios: Mangueira flexível e 02 agulhas inclusas. Indicação: Uso esportivo multinflável (bolas de futebol, vôlei, basquete, etc.).	UNIDADE	25
G7 – 31 ao 36				
31	TROFÉU SIMPLES	Troféu esportivo com altura total de 40 cm, apresentando corpo e detalhes fabricados em alumínio de alta resistência e base sólida em resina ABS de alto impacto. O conjunto deve possuir acabamento metalizado na cor dourada homogênea e brilhante, sendo destinado à premiação em eventos de esportes em geral.	UNIDADE	20



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

32	TROFEU EM ACRÍLICO CAMPEÃO	Troféu com altura total 60 cm, conforme a classificação da premiação. O corpo deve ser confeccionado em acrílico cristal 100% puro de alta transparência, com espessura mínima de 5 mm, garantindo resistência e acabamento de alto brilho. O design deve apresentar corte a laser de alta precisão para bordas polidas e sem rebarbas. A base deve ser robusta, podendo ser fabricada em acrílico de cor sólida de alta densidade com espessura que assegure a estabilidade vertical da peça. A personalização será realizada através de impressão digital UV direta no material ou gravação a laser, permitindo a aplicação de logomarcas coloridas, brasões oficiais e textos de homenagem com alta definição e durabilidade. Material do Corpo: Acrílico translúcido (cast ou extrudado). Material da Base: Acrílico ou MDF com acabamento premium. Dimensões: Altura escalonada entre 30 cm e 40 cm. (conforme solicitado pelo Órgão); Técnica de Gravação: Impressão UV colorida ou gravação a laser. Finalidade: Premiação esportiva, institucional ou homenagens em geral.	UNIDADE	4
33	TROFEU EM ACRÍLICO	Troféu com altura total de 40 cm, conforme a classificação da premiação (1º, 2º ou 3º lugar). O corpo deve ser confeccionado em acrílico cristal 100% puro de alta transparência, com espessura mínima de 5 mm, garantindo resistência e acabamento de alto brilho. O design deve apresentar corte a laser de alta precisão para bordas polidas e sem rebarbas. A base deve ser robusta, podendo ser fabricada em acrílico de cor sólida de alta densidade com espessura que assegure a estabilidade vertical da peça. A personalização será realizada através de impressão digital UV direta no material ou gravação a laser, permitindo a aplicação de logomarcas coloridas, brasões oficiais e textos de homenagem com alta definição e durabilidade. Material do Corpo: Acrílico translúcido (cast ou extrudado). Material da Base: Acrílico ou MDF com acabamento premium. Dimensões: Altura escalonada entre 30 cm e 40 cm. (conforme solicitado pelo Órgão); Técnica de Gravação: Impressão UV colorida ou gravação a laser. Finalidade: Premiação esportiva, institucional ou homenagens em geral.	UNIDADE	55
34	MEDALHA DE OURO	Medalha personalizada confeccionada em liga metálica de alta resistência (Zamac), com formato circular ou personalizado de 60 x 60 mm (6 x 6 cm) e espessura mínima de 3 mm. O item deve receber banho galvânico de ouro (dourado) com tratamento de verniz protetivo para garantir o brilho, evitar a oxidação e aumentar a durabilidade da peça. O acabamento deve ser de alto padrão, com bordas polidas e superfície isenta de porosidade ou imperfeições de fundição. A personalização será executada em alto e baixo-relevo ou através de aplicação de resina colorida (esmaltada), assegurando a fidelidade da logomarca oficial. O item deve obrigatoriamente acompanhar fita de cetim de alta gramatura, com largura de 20 mm e comprimento aproximado de 80 cm, unida por costura reforçada e equipada com argola e contra-argola metálica para fixação na medalha. A cor da fita deverá seguir as orientações do projeto básico do órgão. O produto final deve ser entregue em embalagem individual protetora para preservação da integridade física da peça.	UNIDADE	430
35	MEDALHADA DE PRATA	Medalha personalizada confeccionada em liga metálica de alta resistência (Zamac), com formato circular ou personalizado de 60 x 60 mm (6 x 6 cm) e espessura mínima de 3 mm. O item deve receber banho galvânico de prata (niquelado) com acabamento em verniz protetivo de alta resistência, visando prevenir a oxidação e garantir a longevidade do brilho. A peça deve apresentar acabamento polido, sem porosidades, rebarbas ou imperfeições de fundição. A personalização será executada em alto e baixo-relevo ou esmaltação resinada, mantendo a precisão dos detalhes da logomarca oficial. O item deve acompanhar fita de cetim para pescoço, com largura de 20 mm e comprimento aproximado de 80 cm, com fechamento em costura reforçada e fixação por meio de argola e contra-argola metálica. A cor da fita deverá seguir as orientações do órgão solicitante. O produto deve ser entregue em embalagem individual plástica para proteção contra atrito e oxidação durante o armazenamento e transporte.	UNIDADE	430



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

36	MEDALHA DE BRONZE	Medalha personalizada confeccionada em liga metálica de alta resistência (Zamac), com dimensões de 60 x 60 mm (6 x 6 cm) e espessura mínima de 3 mm. O item deve receber banho galvânico de bronze (acobreado), com aplicação de verniz protetivo para evitar oxidação e garantir a uniformidade da cor. A peça deve apresentar acabamento refinado, com superfície lisa e bordas polidas, sem presença de porosidades ou falhas de fundição. A personalização será executada em alto e baixo-relevo ou com aplicação de resina colorida, assegurando a legibilidade e fidelidade da identidade visual oficial. O item deve obrigatoriamente acompanhar fita de cetim para pescoço, com largura de 20 mm e comprimento de aproximadamente 80 cm, unida por costura reforçada e fixada à medalha por argola e contra-argola metálica. A cor da fita deverá seguir as orientações contidas no termo de referência. Cada unidade deverá ser entregue em embalagem individual protetora, visando preservar a integridade do banho e o acabamento da peça.	UNIDADE	430
G8 – 37 ao 40				
37	CHUTEIRA FUTEBOL DE CAMPO	Chuteira para prática de futebol de campo, de alto desempenho, com cabedal confeccionado em material sintético de alta resistência e leveza, apresentando textura técnica em relevo nas zonas de contato para otimização do controle de bola e precisão nos passes. O fechamento deve ser por cadarço simétrico, garantindo ajuste firme e anatômico. Internamente, deve possuir forro em material têxtil com reforço acolchoado no calcanhar para maior conforto e proteção. A palmilha deve ser em EVA, removível e com propriedades de amortecimento. O solado deve ser específico para gramado natural (FG), composto por placa de TPU leve e flexível, com travas fixas estrategicamente posicionadas para tração, estabilidade e suporte a movimentos explosivos. A grade de tamanhos deve contemplar a variação do número 35 ao 42. Referência de Mercado: O padrão de qualidade e as especificações técnicas tomam como referência o modelo Adidas Predator Club, sendo aceitos produtos de qualidade similar ou superior.	UNIDADE	100
38	CHUTEIRA FUTSAL	Calçado esportivo de alto desempenho projetado especificamente para a prática de futsal em quadras internas. O cabedal é confeccionado em material sintético de alta resistência e leveza, apresentando costuras reforçadas e biqueira estruturada para suportar o atrito constante e garantir maior precisão no contato com a bola. Internamente, possui forro em material têxtil acolchoado com tecnologia de absorção de umidade e palmilha removível em EVA, proporcionando conforto anatômico e amortecimento de impactos. O sistema de fechamento é realizado exclusivamente por cadarços, garantindo ajuste firme, personalizado e estabilidade ao tornozelo. O solado é composto por borracha especial "non-marking" (não deixa marcas no piso), com design antiderrapante e pontos de giro que facilitam movimentos multidirecionais. O modelo atende à grade completa do tamanho 28 ao 42, unindo durabilidade para o uso intensivo e flexibilidade para o desenvolvimento esportivo em ambiente escolar ou de competição.	UNIDADE	50
39	TENIS ESPORTIVO	Calçado esportivo de alto desempenho desenvolvido para atividades físicas multidisciplinares, corridas e uso escolar intensivo. O cabedal é construído em tecido tecnológico de tramas abertas (tipo engineered mesh), que oferece máxima respirabilidade e controle térmico dos pés. Possui reforços estruturais em áreas de maior desgaste e contraforte rígido para estabilidade do calcanhar. O sistema de fechamento é composto exclusivamente por cadarços, permitindo ajuste preciso e seguro. A entressola é fabricada em espuma de EVA expandido ou tecnologia de amortecimento equivalente, projetada para absorção de impactos e retorno de energia, protegendo as articulações durante saltos e corridas. O solado conta com camadas de borracha de alta abrasão em pontos estratégicos, garantindo aderência superior e durabilidade em diferentes superfícies (asfalto ou quadras). O modelo contempla a grade de tamanhos do 28 ao 42, unindo leveza, design ergonômico e conforto anatômico para o público infantil e juvenil.	UNIDADE	60



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

40	LUVAS PARA GOLEIRO	Par de luvas de goleiro de alto desempenho, com palma desenvolvida em látex natural (mínimo de 3mm de espessura) com tecnologia de amortecimento e alta aderência (grip) para condições secas ou húmidas. O dorso deve ser confeccionado em material sintético resistente ou neoprene, com relevos técnicos (zonas de soco) para proteção e auxílio no rebate de bola. O corte deve ser do tipo "Flat" ou "Negativo", proporcionando ajuste anatômico e maior área de contacto com a bola. O sistema de fecho deve possuir munhequeira elástica e cinta com ajuste em velcro de ponto duplo, garantindo estabilidade e proteção ao pulso. O material deve permitir a respirabilidade interna para controlo da humidade das mãos. A grade de tamanhos deve contemplar a variação do número 8 ao 11 (equivalente aos tamanhos adultos proporcionais ao P, M e G).	PAR	14
G9 – 41 ao 57				
41	UNIFORME FUTEBOL DE CAMPO	Conjunto esportivo de alto desempenho destinado à prática de futebol, composto por três peças: 1. Camisa: Confeccionada em tecido tecnológico 100% poliéster com tratamento de alta respirabilidade (tipo Dry-Fit ou similar), que permita a rápida evaporação do suor; gola reforçada e costuras duplas de acabamento. 2. Calção: Confeccionado em material idêntico ou compatível com a camisa, com cós elástico de alta resistência e cordão interno para ajuste personalizado. 3. Meios: Par de meios de composição mista (poliamida, algodão e elastano), com modelagem anatômica, calcanhar verdadeiro para evitar deslizamentos e punho elástico para fixação adequada da caneleira. O design, as cores, os grafismos e a aplicação de logotipos/numeração deverão ser executados conforme layout e especificações solicitadas pelo órgão licitante. A grade de tamanhos deve contemplar a variação entre P, M, G e GG.	UNIDADE	100
42	UNIFORME FUTSAL MASCULINO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 10 UNIDADES) de uso masculino, composto por camiseta com manga e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta deve possuir mangas curtas e modelagem de corte reto, com gola careca ou em "V" (conforme projeto), acabamento em gola do próprio tecido e costuras reforçadas em máquina galoneira para evitar rupturas durante o uso. O short deve possuir modelagem masculina com gancho (cavalo) alongado, garantindo conforto e liberdade de movimento, cós com elástico de 40mm de alta recuperação e cordão interno para ajuste na cintura. O tecido deve contar com tecnologia de microfibras que facilite a dispersão do calor e a rápida evaporação do suor. O conjunto deverá seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 10 UNIDADES	5
43	UNIFORME FUTSAL FEMININO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 10 UNIDADES) de uso feminino, composto por camiseta com manga e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta deve possuir mangas curtas e modelagem anatômica (estilo baby look), com leve acinturamento para ajuste ao corpo feminino, gola com acabamento em viés ou do próprio tecido e costuras reforçadas em máquina galoneira. O short deve possuir modelagem feminina, com cós em elástico de alta resistência, cordão interno para ajuste e comprimento adequado ao padrão esportivo feminino, garantindo conforto e mobilidade. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras para rápida evaporação de suor e conforto térmico. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 10 UNIDADES	5
44	UNIFORME VOLEI DE QUADRA FEMININO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 10 UNIDADES) de uso feminino, composto por camiseta regata e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta tipo regata deve possuir modelagem anatômica (estilo baby look), com leve acinturamento e decote apropriado ao público feminino, acabamento em viés nas cavas e na gola com costuras reforçadas. O short deve possuir modelagem feminina, com cós em elástico de 40mm de alta recuperação, cordão interno para ajuste e comprimento adequado ao padrão esportivo feminino, garantindo conforto e discrição. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras que facilite a evaporação do suor e proporcione conforto térmico. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 10 UNIDADES	5



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

45	UNIFORME BASQUETE MASCULINO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 10 UNIDADES) de uso masculino, composto por camiseta regata e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta tipo regata deve apresentar corte reto, acabamento em viés nas cavas e na gola, com costuras reforçadas. O short deve possuir modelagem masculina com gancho (cavalo) alongado, garantindo conforto e liberdade de movimento, cós com elástico de 40mm e cordão interno para ajuste. O comprimento do short deve ser de meia-coxa a joelho (conforme padrão de vestuário esportivo masculino), com acabamento das barras em costura dupla. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras para rápida evaporação de suor. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 10 UNIDADES	5
46	UNIFORME VOLEI DE PRAIA FEMININO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 02 UNIDADES) de uso feminino, composto por camiseta regata e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta tipo regata deve possuir modelagem anatômica (estilo baby look), com leve acinturamento e decote apropriado ao público feminino, acabamento em viés nas cavas e na gola com costuras reforçadas. O short deve possuir modelagem feminina, com cós em elástico de 40mm de alta recuperação, cordão interno para ajuste e comprimento adequado ao padrão esportivo feminino, garantindo conforto e discrição. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras que facilite a evaporação do suor e proporcione conforto térmico. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 02 UNIDADES	4
47	UNIFORME VOLEI DE PRAIA MASCULINO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 02 UNIDADES) de uso masculino, composto por camiseta regata e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta tipo regata deve apresentar corte reto, acabamento em viés nas cavas e na gola, com costuras reforçadas. O short deve possuir modelagem masculina com gancho (cavalo) alongado, garantindo conforto e liberdade de movimento, cós com elástico de 40mm e cordão interno para ajuste. O comprimento do short deve ser de meia-coxa a joelho (conforme padrão de vestuário esportivo masculino), com acabamento das barras em costura dupla. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras para rápida evaporação de suor. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 02 UNIDADES	4
48	UNIFORME ATLETISMO MASCULINO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 16 UNIDADES) de uso masculino, composto por camiseta regata e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta tipo regata deve apresentar corte reto, acabamento em viés nas cavas e na gola, com costuras reforçadas. O short deve possuir modelagem masculina com gancho (cavalo) alongado, garantindo conforto e liberdade de movimento, cós com elástico de 40mm e cordão interno para ajuste. O comprimento do short deve ser de meia-coxa a joelho (conforme padrão de vestuário esportivo masculino), com acabamento das barras em costura dupla. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras para rápida evaporação de suor. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 16 UNIDADES	6
49	UNIFORME ATLETISMO FEMININO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 16 UNIDADES) de uso feminino, composto por camiseta regata e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta tipo regata deve possuir modelagem anatômica (estilo baby look), com leve acinturamento e decote apropriado ao público feminino, acabamento em viés nas cavas e na gola com costuras reforçadas. O short deve possuir modelagem feminina, com cós em elástico de 40mm de alta recuperação, cordão interno para ajuste e comprimento adequado ao padrão esportivo feminino, garantindo conforto e discrição. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras que facilite a evaporação do suor e proporcione conforto térmico. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 16 UNIDADES	6



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

50	UNIFORME HANDEBOL MASCULINO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 12 UNIDADES) de uso masculino, composto por camiseta com manga e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta deve possuir mangas curtas e modelagem de corte reto, com gola careca ou em "V" (conforme projeto), acabamento em gola do próprio tecido e costuras reforçadas em máquina galoneira para evitar rupturas durante o uso. O short deve possuir modelagem masculina com gancho (cavalo) alongado, garantindo conforto e liberdade de movimento, cós com elástico de 40mm de alta recuperação e cordão interno para ajuste na cintura. O tecido deve contar com tecnologia de microfibras que facilite a dispersão do calor e a rápida evaporação do suor. O conjunto deverá seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 12 UNIDADES	4
51	UNIFORME TENIS DE MESA MASCULINO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 03 UNIDADES) de uso masculino, composto por camiseta com manga e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta deve possuir mangas curtas e modelagem de corte reto, com gola careca ou em "V" (conforme projeto), acabamento em gola do próprio tecido e costuras reforçadas em máquina galoneira para evitar rupturas durante o uso. O short deve possuir modelagem masculina com gancho (cavalo) alongado, garantindo conforto e liberdade de movimento, cós com elástico de 40mm de alta recuperação e cordão interno para ajuste na cintura. O tecido deve contar com tecnologia de microfibras que facilite a dispersão do calor e a rápida evaporação do suor. O conjunto deverá seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 3 UNIDADES	2
52	UNIFORME TENIS DE MESA FEMININO	CONJUNTO ESPORTIVO (COM 03 UNIDADES) de uso feminino, composto por camiseta com manga e short, confeccionado em tecido tecnológico Dry Fit, 100% Poliéster, com gramatura mínima de 130 g/m². A camiseta deve possuir mangas curtas e modelagem anatômica (estilo baby look), com leve acinturamento para ajuste ao corpo feminino, gola com acabamento em viés ou do próprio tecido e costuras reforçadas em máquina galoneira. O short deve possuir modelagem feminina, com cós em elástico de alta resistência, cordão interno para ajuste e comprimento adequado ao padrão esportivo feminino, garantindo conforto e mobilidade. O tecido deve possuir tecnologia de microfibras para rápida evaporação de suor e conforto térmico. O modelo deve seguir rigorosamente o layout e as cores requisitadas pelo órgão, com aplicação de logomarca, disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	CONJUNTO C/ 3 UNIDADES	2
53	UNIFORME XADREZ MASCULINO	CAMISA MODELO POLO de uso masculino, confeccionada em tecido de malha 100% algodão (tipo Piquet ou similar de alta qualidade), com gramatura mínima de 180 g/m², garantindo resistência, conforto térmico e toque suave à pele. A peça deve possuir modelagem padrão (regular fit) com corte reto, assegurando conforto e mobilidade. A gola tipo polo deve ser confeccionada em retilínea de alta qualidade, com peitilho reforçado e fechamento por botões. As mangas devem ser curtas, com acabamento em punho de retilínea ou bainha com costura reforçada. O acabamento de ombros, cavas e barras deve ser executado com costuras reforçadas em máquinas de alta tecnologia, garantindo a durabilidade necessária para o uso contínuo. O modelo deve seguir rigorosamente o layout, as cores e a aplicação de logomarcas conforme as diretrizes do órgão. O item deve ser entregue devidamente confeccionado e finalizado, disponível na grade de tamanhos P, M, G, GG e XG.	UNIDADE	4
54	UNIFORME XADREZ FEMININO	CAMISA MODELO POLO de uso feminino, confeccionada em tecido de malha 100% algodão, com gramatura mínima de 180 g/m², garantindo toque macio, conforto térmico e durabilidade. A peça deve possuir modelagem anatômica (estilo baby look), com leve acinturamento para ajuste adequado ao corpo feminino. A gola tipo polo deve ser confeccionada em retilínea de alta qualidade, com peitilho reforçado e fechamento por botões personalizados ou em cor harmônica ao tecido. As mangas devem ser curtas, com acabamento em punho de retilínea ou bainha simples com costura reforçada. O acabamento interno e as junções devem ser executados em máquinas de alta tecnologia (overloque e galoneira), assegurando resistência e estética superior. O modelo deve seguir rigorosamente o layout, as cores e a aplicação de logomarcas conforme requisitado pelo órgão. O item deve ser entregue devidamente finalizado e disponível na grade de tamanhos P, M, G e GG.	UNIDADE	4
55	MEIÃO	Meião esportivo de uso profissional/amador, tipo cano longo (acima do Joelho), confeccionado em composição mínima de 70% Poliamida, 25% Algodão e 05% Elastano (ou composição equivalente que garanta compressão e absorção). O item	PAR	300



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

		deve possuir pé atalhado em algodão para absorção de impacto e suor, evitando a formação de bolhas, e calcanhar verdadeiro para ajuste anatômico. A perna deve conter acabamento em punho elástico de alta compressão para evitar o deslizamento durante a atividade física, com elasticidade suficiente para acomodar o uso de caneleiras. O tecido deve possuir ventilação em mesh (trama aberta) em pontos estratégicos para auxiliar na troca térmica. Disponível nos tamanhos compatíveis com a grade do vestuário, com cores e logomarca conforme layout requisitado pelo órgão.		
56	JOGO DE COLETE PARA TREINAMENTO COM 12 UNIDADES	Conjunto composto por 12 (doze) coletes de treinamento, confeccionados em tecido 100% poliéster com trama tipo mesh (furadinho), que garante leveza, alta respirabilidade e rápida secagem. O acabamento deve possuir viés elástico nas cavas e na gola para proporcionar maior conforto e resistência contra rasgos durante o uso intenso. A modelagem deve ser do tipo aberta nas laterais com elásticos de fixação ou fechada com corte amplo, permitindo o uso sobre camisas de jogo ou agasalhos. O material deve ser resistente à lavagem mecanizada e não desbotar facilmente. O design e as cores (comumente fluorescentes para alta visibilidade) deverão ser definidos conforme solicitado pelo órgão. A grade de tamanhos deve contemplar a variação entre P, M, G e GG.	JOGO	45
57	BANDEIRAS	Bandeira confeccionada em tecido 100% poliéster de alta resistência e leveza (tipo microfibrilado ou tãctel), adequada para uso em ambientes externos. A composição do tecido deve permitir a secagem rápida e facilidade para tremular. A personalização deve ser realizada através de impressão digital de alta resolução, garantindo a fidelidade das cores e nitidez dos escudos dos times, conforme layout e design a serem fornecidos pelo órgão solicitante. O acabamento deve possuir costura reforçada em toda a sua borda (bainha dupla) para prevenir o desfiação, contando ainda com acabamento lateral tipo "passante" para inserção de bastão ou ilhoses metálicos para fixação. O tamanho do item deve ser, obrigatoriamente, o equivalente ao Tamanho M (dimensões aproximadas de 1,30m x 0,90m).	UNIDADE	40
G10 – 58 ao 59				
58	PLACAR POLIESPORTIVO O MANUAL	Placar de Mesa Multiesportivo, modelo portátil e articulado (tipo pasta), projetado para facilitar o transporte e armazenamento. Estrutura fabricada em PVC rígido de alta resistência na cor preta, com dimensões aproximadas de 21cm de altura por 39cm de comprimento. O sistema de pontuação deve ser composto por módulos articulados (tipo flip) em material plástico flexível e resistente, permitindo a marcação de até 07 Sets (algarismos menores) e até 31 Pontos (algarismos maiores), com numeração em cores contrastantes para alta visibilidade. O mecanismo de articulação deve ser reforçado para suportar manuseio constante, garantindo estabilidade quando aberto sobre superfícies planas.	UNIDADE	10
59	PLACAR ELETRÔNICO	Placar eletrônico poliesportivo de alto brilho, desenvolvido para visualização em ambientes internos ou externos (com proteção contra umidade). O equipamento deve possuir o tamanho de 1mX1m, tecnologia de LEDs de alta intensidade, garantindo visibilidade clara a uma distância mínima de 50 metros. Deve apresentar as seguintes funções de marcação: pontuação para duas equipes (visitante e casa) com pelo menos dois dígitos cada, cronômetro progressivo/regressivo e indicação de período/set. O controle das funções deve ser realizado via controle remoto sem fio (radiofrequência) ou através de aplicativo via Wi-Fi/Bluetooth, com alcance mínimo de 20 metros. O gabinete deve ser fabricado em material leve e resistente (alumínio ou polímero de alta densidade) com frontal em acrílico ou policarbonato antirreflexo. Deve incluir sirene ou aviso sonoro integrado para indicação de término de tempo. Alimentação bivolt automática (110v/220v). Referência de Mercado: O padrão de qualidade, brilho dos LEDs e funcionalidades toma como referência modelos como o Placar Poliesportivo Ledtime ou o Placar Eletrônico com Wi-Fi, sendo aceitos produtos de qualidade similar ou superior.	UNIDADE	10
G11 - 60				



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

60	COLCHÃO PARA SALTO EM ALTURA	<p>Área de queda (colchão) para salto em altura, com dimensões totais de 6,00 m de comprimento x 4,00 m de largura x 0,70 m de altura. O sistema de amortecimento deve ser composto por blocos internos de espuma de poliuretano de alta densidade, especificamente projetados para absorção de impactos de grandes alturas.</p> <p>O conjunto deve obrigatoriamente possuir uma plataforma interna ou base de sustentação contendo 20 (vinte) unidades de blocos encaixáveis, com dimensões de 50 x 50 cm cada, permitindo a substituição modular, a circulação de ar interna e a estabilidade estrutural do equipamento.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES:</p> <p>Revestimento Externo: Confeccionado em lona vinílica (PVC) de alta gramatura, impermeável, com tratamento anti-mofo e proteção contra raios UV, garantindo durabilidade em ambientes internos ou externos.</p> <p>Sistema de Respiro: Deve possuir saídas de ar laterais (ilhoses ou telas de escape) para dissipação imediata da pressão no momento do impacto do atleta.</p> <p>Segurança e Acabamento: Fechamento por zíper de alta resistência protegido por lapela; fundo antiderrapante para evitar deslocamento sobre a pista e alças laterais reforçadas para facilitar o manuseio e transporte.</p> <p>Manto de Desgaste (Top Pad): Acompanha camada superior protetora em tela técnica de alta resistência, que cobre toda a área útil, minimizando o atrito e unificando os blocos internos.</p>	UNIDADE	2
----	------------------------------------	--	---------	---

1. A planilha demonstrativa da formação do preço estimado encontra-se acostada aos autos.
2. A metodologia para formação do valor estimado considera a cotação de preço obtida no mercado em empresas do ramo.
3. Os interessados em obter informações sobre o valor estimado deverão comparecer à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Silves, situada na Avenida Senador Álvaro Maia, 01, Centro, Silves, Amazonas, CEP 69.114-000, **no horário das 08:00 às 13:00 de segunda a sexta-feira.**



PMS/CPL
Proc. PE nº 020/2026
Fls. Nº _____
Rubrica _____

Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão Permanente de Licitação

**ADENDO II - QUADRO DETALHADO DOS QUANTITATIVOS DESTINADOS ÀS
ADESÕES DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

Item	Produto	Unidade	Quantidade máxima adquirida pelo Gerenciador	Quantidade mínima adquirida pelo Gerenciador	Quantidade para adesão – Órgãos Não Participantes
1	TODOS	Material	Que consta no quadro	10%	dobro



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N. _____ /20__ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SILVES, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, E _____ PARA _____.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SILVES, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Rua Castelo Branco nº 18, Centro, Silves (AM), inscrito no CNPJ (MF) sob o n. 04.477.634/0001-90, representado pelo seu Prefeito, Senhor **RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA**, portador do RG nº 8452512, CPF nº 314.622.692-00, residente e domiciliado à rua 07 de março, nº 225, Bairro Panorama, município de Silves, CEP 69.114-000, de acordo com atribuição de competência contida no inciso I do art. 78 da Lei Orgânica.

CONTRATADO: _____, inscrito no CNPJ (MF) sob o n. _____, estabelecido [inserir endereço completo], representado pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n. _____, residente e domiciliado na [inserir endereço completo], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo n. [Pregão Eletrônico n. __/20__], mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O presente contrato tem como objeto _____, conforme especificações do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. ____/20__.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1. O regime de execução deste Contrato será de pronto fornecimento/execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. O valor total deste contrato é de R\$ ____ (____).

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	---------	------------	----------------	-------------



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

1					
2					
TOTAL GERAL					

2. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta de:

Unidade: XX.XX.XX - [_____].

Atividade [_____ - _____],

Natureza da Despesa X.X.XX.XX - [_____], conforme Nota(s) de Empenho n. _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:

1. O CONTRATADO deverá atender aos pedidos efetuados pelo CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, admitida prorrogação quando devidamente justificada e aceita pela Administração, conforme previsto no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA:

1. O prazo de vigência deste contrato é de 60 (sessenta) dias, contado do dia 17/01/2023, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, admitindo prorrogações, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Este contrato possui eficácia perante terceiros após a publicação na imprensa oficial, conforme art. 105 da Lei Orgânica.

3. O início do fornecimento dos produtos objeto deste contrato ocorrerá imediatamente após o recebimento pelo CONTRATADO da ordem emitida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA GARANTIA DO FORNECIMENTO:

1. Não será exigida garantia da execução do contrato, com fundamento no art. 96 da Lei Federal Lei nº 14.133, de 2021, mas o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO.

2. A garantia dos produtos seguirá determinações das normas federais, a contar do recebimento definitivo.

3. A Administração somente aceitará produtos atendendo **as regras e validade estabelecidas no Adendo I do Termo de Referência.**



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

4. Quando aplicável, a Administração somente aceitará produtos fornecidos **com prazo de validade nunca inferior a 3 (três), 6 (seis) ou 12 (doze) meses, conforme o Termo de Referência ou 50% (cinquenta por cento) do descrito na embalagem do produto, apurado entre o prazo de fabricação e o prazo final de validade, prevalecendo o maior prazo. O início da contagem do prazo tem marco a partir da entrega no Almoxarifado.**

5. Não havendo data da fabricação, considerará produtos com prazo de validade estabelecido na especificação técnica dessa Licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES:

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. Cabe ao CONTRATANTE:

2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do CONTRATADO;

2.2. Solicitar substituição dos produtos que não atender às especificações do objeto contratado;

2.3. Designar servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.4. Notificar ao CONTRATADO, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução, fixando prazo para sua correção; e

2.6. Efetuar o pagamento devido pelos produtos fornecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

3. Cabe ao CONTRATADO o cumprimento das seguintes obrigações:

3.1 Sobre o fornecimento:

3.1.1. Fornecer produtos que se enquadre nas especificações da Administração;

3.1.2. Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato sem prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

3.2. Sobre assuntos gerais:

3.2.1. O CONTRATADO deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

- 3.2.2. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos produtos e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, prontamente;
- 3.2.3. Credenciar junto à Prefeitura um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- 3.2.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;
- 3.2.5. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato;
- 3.2.6. Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- 3.2.7. Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por Lei;
- 3.2.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 3.2.9. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato;
- 3.2.10. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a execução do contrato, verificando as condições em que o fornecimento está sendo executado;
- 3.2.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto deste contrato;
- 3.2.12. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas ao fornecimento pelos empregados;
- 3.2.13. Sujeitar às demais obrigações descritas nas Especificações Técnicas – Anexo do Pregão Eletrônico n. [_____/20____].
- 3.2.14 As obrigações do contratante estão fundamentadas no art. 92, X, XI e XIV da Lei 14.133/2021, independente de transcrição neste termo.

3.3. Das Obrigações Sociais:



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

3.3.1 É de responsabilidade do CONTRATADO:

3.3.1.1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, que deverão ser saldados em época própria, pelo CONTRATADO, uma vez que os seus empregados não manterão vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

3.3.1.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecida em dependência do CONTRATANTE;

3.3.1.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e;

3.3.1.4. Os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

3.4. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

3.5. São expressamente vedadas ao CONTRATADO:

3.5.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

3.5.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

3.5.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

3.5.4. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: OUTRAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:

1. O CONTRATADO é único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente o CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes do fornecimento objeto deste Contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores.

1.1. O CONTRATADO, também, será responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária, que resultem ou venham resultar da execução deste Contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com materiais e mão de obra necessários à completa execução do contrato.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

1.2. A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento.

2. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação ao CONTRATADO, do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

CLÁUSULA NONA – DAS ESPECIFICAÇÕES:

1. O fornecimento dos produtos deverá atender às especificações das normas técnicas, que estabelecem os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

1. O CONTRATANTE proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com suas necessidades e conveniências:

1.1. O fornecimento será realizado diretamente pelo CONTRATADO, no endereço indicado no processo de Pregão Eletrônico.

1.2. O CONTRATADO entregará os produtos mediante a apresentação da “Ordem de Fornecimento”, conforme modelo previamente apresentado pelo CONTRATANTE e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado da Prefeitura.

1.3. A Ordem de Fornecimento deverá ser devidamente preenchida com as informações precisas sobre os produtos e assinadas por funcionário do CONTRATANTE.

2. O produto recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contadas a partir do recebimento pelo CONTRATADO da formalização da recusa pelo CONTRATANTE, arcando o CONTRATADO com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores devidamente designados para essas finalidades, permitida a assistência de terceiros.

2. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

3. A gestão do contrato engloba a sua administração desde a sua assinatura até o seu encerramento.

4. Para a **gestão do contrato** é designado o **servidor Wendell da Gama Feitosa, Gestor de Contratos Públicos**, ou quem ele designar por termo próprio, para:



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

- I- abrir pasta para cada contrato, visando arquivar eventuais termos aditivos;
- II- manter sob sua guarda os processos de contratação;
- III- efetuar e garantir o controle de prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar o processo administrativo ao setor responsável pelos contratos, com a solicitação de prorrogação;
- IV- acompanhar e garantir a execução dos contratos que estiverem sob sua gestão, inclusive suas prorrogações e aditamentos, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, e quaisquer outros elementos necessários à boa execução dos termos firmados;
- V- prestar informações e apresentar relatórios sobre os contratos que estiverem sob sua gestão, quando solicitados;
- VI- atender a todas as requisições da Secretaria de Administração e da Controladoria Interna, no prazo estipulado, visando ao cumprimento das solicitações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, tais como Ministério Público, Tribunais de Contas, Poder Judiciário e cidadãos em geral;
- VII- garantir que a autoridade competente seja comunicada, com a necessária antecedência e de forma planejada, acerca da prorrogação da vigência dos prazos e disponibilidades orçamentárias dos ajustes que estiverem sob sua gestão, bem como da necessidade de abertura de novo procedimento licitatório;
- VIII- instruir e motivar os pedidos de solicitação de acréscimos ou supressões ao objeto, bem como de quaisquer outras alterações que se façam necessárias;
- IX- acompanhar a evolução dos preços de mercado referentes ao objeto contratado e informar à unidade competente as oscilações bruscas;
- X- informar à unidade de programação orçamentária e financeira, até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;
- XI- encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;
- XII- verificar, nos contratos que envolvam mão de obra, a data-base da categoria profissional que representa a maior parcela do custo na execução do objeto, bem como verificar se estão sendo cumpridas as condições estabelecidas no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou instrumentos equivalentes;
- XIII- responsabilizar-se pela comunicação entre a ADMINISTRAÇÃO e o CONTRATADO, de maneira transparente e clara, registrando, no processo administrativo, os contatos e informações trocadas durante o vínculo mantido;
- XIV- acompanhar se eventuais penalidades impostas foram cumpridas;
- XV- acompanhar os processos de pagamento, atestar as despesas e encaminhar para os setores financeiros competentes, verificando a documentação apresentada pelo CONTRATADO para comprovação das despesas;
- XVI- manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- XVII- solicitar à unidade de programação orçamentária disponibilidade de recursos para o pagamento de valores que tenham extrapolado o valor do contrato e necessitem de reconhecimento de dívida;
- XVIII- solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

- XIX- nos casos de encerramento de contrato de locação de imóveis ou qualquer outro ajuste em que a Administração Pública esteja na posse de imóvel de terceiro, comunicar aos órgãos competentes para que eventuais obrigações assumidas, tais como pagamento de água, energia elétrica ou qualquer outro, voltem à responsabilidade do proprietário a partir da data de desocupação do imóvel;
- XX- providenciar a execução de memorial descritivo ou laudo de entrada e de saída do imóvel, nos contratos de locação, comodato ou qualquer outro ajuste em que haja o uso de bens imóveis de particulares pela Administração;
- XXI- garantir que o fiscal execute todas as suas atribuições e;
- XXII- outras atribuições necessárias à gestão dos contratos.

5. O CONTRATANTE designa como **fiscal** deste Contrato, o **servidores lotados nas Secretarias demandantes**, ou quem ela designar por termo próprio.

6. Compete ao servidor designado para fiscalização do Contrato, dentre outras atribuições:

- I- aferir a compatibilidade da execução com o ajustado no contrato, bem como nos respectivos termos de referência ou projetos básicos/executivos;
- II- verificar se o objeto do contrato está sendo executado corretamente e dentro do padrão de qualidade exigido no ajuste, com vistas ao cumprimento do princípio constitucional da eficiência;
- III- certificar, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, a entrega do objeto contratado ou serviço executado, atestando essas informações em documento;
- IV- anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V- adequar os serviços prestados à rotina de execução estabelecida, definindo as atividades a serem executadas;
- VI- efetuar cadastros, alterações, indicações e solicitações em sistemas específicos de acordo com o objeto do contrato;
- VII- exigir a apresentação, pelo CONTRATADO ou partícipe do ajuste, dos comprovantes de recolhimentos de todos os encargos inerentes à execução da atividade, tais como guias comprobatórias do pagamento de contribuições previdenciárias, de tributos, de encargos salariais, sob pena de retenção dos pagamentos devidos, quando aplicáveis à consecução do ajuste;
- VIII- verificar se o CONTRATADO mantém compatíveis, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do ajuste com as obrigações assumidas pela signatária;
- IX- verificar se a signatária está atendendo às normas trabalhistas e se os empregados estão usando os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, emitindo, se necessário, notificação para regularização dos problemas;
- X- verificar se os responsáveis técnicos da signatária estão efetivamente atuando na execução do contrato, quando aplicável ao ajuste contratual;
- XI- conferir se a signatária está utilizando os materiais e insumos ajustados;
- XII- verificar se os empregados que estão efetivamente trabalhando na execução do objeto do contrato conferem com a relação de empregados entregue pelo CONTRATADO e com os procedimentos de pagamento em que constem os devidos recolhimentos trabalhistas e previdenciários;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

- XIII- comunicar ao gestor, por escrito e imediatamente, a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XIV - cientificar à autoridade competente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- XV- estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do Contrato;
- XVI- encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de substituições, formulados pelo CONTRATADO;
- XVII- atestar o recebimento do objeto, utilizando-se de especialista ou comissão de servidores, quando necessário e encaminhar as notas fiscais atestadas à unidade competente para pagamento;
- XVIII- outras atribuições necessárias à gestão dos contratos.

7. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

8. O gestor e o fiscal do contrato, por força de atribuições formalmente estatuídas, têm particulares deveres que, se não cumpridos, poderão resultar em responsabilização civil, penal e administrativa.

9. As normas municipais preveem as penalidades disciplinares a serem aplicadas aos servidores pelo exercício irregular de atribuições a eles afetas que são:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) demissão;
- d) cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- e) destituição de cargo em comissão;
- f) destituição de função comissionada.

10. Na aplicação dessas penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o serviço público.

11. As sanções administrativas poderão cumular-se com as sanções civis e penais, sendo independentes entre si.

12. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. No que se refere à responsabilidade penal, esta abrange os crimes e as contravenções imputadas ao servidor nessa qualidade.

13. Se comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar concluir que a infração constitui ilícito penal, os autos serão encaminhados ao Ministério Público.

14. São crimes contra a Administração Pública: improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiro público, lesão aos cofres públicos e dilapidação nacional e corrupção.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

1. O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura de Silves, com a efetiva entrega do produto, na forma da lei, devendo ser observada a ordem cronológica, para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida por categorias de contratos, em conformidade com o art. 141, I a IV e § 1 da Lei 14.133/2021, mediante apresentação de faturas das mercadorias devidamente atestadas por funcionário que não seja o Ordenador de Despesas, em até 30 (trinta dias) a partir do protocolo de recebimento. (adequei conforme o artigo e lei anterior).
2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO, que conterà o detalhamento do produto entregue.
3. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO com o produto efetivamente entregue.
4. Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva das compras efetuadas, total ou parcialmente.
5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
 - 5.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:
 - 5.1.1. não produziu os resultados acordados;
 - 5.1.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 5.1.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para o fornecimento do produto ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - 6.1. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo CONTRATADO, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo CONTRATADO, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo $I = (TX/100) \times 365$, onde: EM = encargos moratórios; I = índice de compensação financeira = 0,00016438; TX = percentual da taxa de juros de mora anual; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela em atraso.

11. Em cumprimento ao disposto no Parecer 004/2010 – Pleno TCE/AM, o CONTRATADO deverá comprovar, no pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista, através da apresentação dos seguintes documentos:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal atestada através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014, fornecida pela Receita Federal do Brasil, em validade;

II - Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente em validade;

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da proponente, em validade;

V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br), em validade.

VI – Prova de inexistência de ações de Falência e Recuperação Judicial, conforme Lei Federal 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

13. Registra-se ainda a vigência do Decreto nº 551, de 20 de outubro de 2023, que trata da Regulamentação no Município de Silves, a RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública Municipal a pessoas jurídicas pelo FORNECIMENTO DE BENS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, e OBRAS. Sugerimos observar com atenção o disposto no referido Decreto e Ofício Circular, disponíveis para consulta no Portal da Transparência (aba Prefeituras, Silves, Procedimentos Licitatórios, através do link <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/silves/t/procedimentos-licitatorios>).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO:

1. Na hipótese de o prazo de entrega dos produtos exceder ao período de execução contratualmente previsto, caso esse atraso não seja atribuído ao CONTRATADO, este contrato poderá ser reajustado pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), mediante solicitação do CONTRATADO.

2. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}$$

Onde: R = Valor do reajustamento calculado;

V = Valor contratual a serem reajustados;

I = Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), correspondente a data do reajuste (12 meses após a data base);

I₀ = Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), correspondente à data base.

3. O reajuste de que trata esta cláusula somente poderá ser concedido pela FISCALIZAÇÃO a partir de 1 (um) ano contado da data de apresentação da data-base da planilha orçamentária, conforme mediante justificativa da variação do custo de produção no período.

4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

6. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7. O CONTRATANTE acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar a compatibilidade dos valores contratados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

8. A revisão dos valores será admitida quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato.
9. Comprovado o desequilíbrio de que trata o item anterior, a alteração dos preços contratados poderá ser efetuada por iniciativa do CONTRATANTE ou, mediante solicitação do CONTRATADO, conforme o caso.
10. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser feita acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de mercadorias, incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido.
11. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes de alteração não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
12. A revisão dos preços registrados somente será possível se autorizada por alteração das normas federais pertinentes à política econômica.
13. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o CONTRATADO será convocado pelo Município para negociação do valor.
14. Caso a negociação seja frustrada, o CONTRATADO terá contrato rescindido e o Município poderá convocar outro Fornecedor registrado, observada a ordem de classificação.
15. A previsão na Lei para as alterações supracitadas, encontra respaldo na Lei 14.133/2021, Capítulo VII.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO/EXTINÇÃO:

1. A rescisão/extinção deste contrato se dará nos termos do artigo 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.
- 1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento do CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4. O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 111, II da Lei 14.133/2021.

5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES:

1. Ficará impedido de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, bem como das demais cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, o licitante que:

1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o Contrato;

1.2. Deixar de entregar a documentação exigida neste contrato e anexos ou apresentar documento falso;

1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

1.4. Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

1.5. Praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;

1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ou

1.7. Der causa à inexecução total ou parcial do Contrato.

2. A aplicação da sanção de que trata o item 1 deste Contrato implicará ainda o descredenciamento do CONTRATANTE, pelo mesmo prazo, do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município de Silves;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

3. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Título IV e seguintes da Lei 14.133/2021, aplicam-se a este Contrato.

4. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao CONTRATADO, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

5. Poderá o CONTRATADO ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar.

6. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

6.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando o CONTRATADO descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o Contrato, nos seguintes casos:

6.1.1. Quando o licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o Contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

6.1.2. Quando o licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

6.1.3. Quando se tratar de fornecimento de produtos, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas ajustadas em cronograma, não justificado pelo CONTRATADO;

6.1.4. Quando o CONTRATADO descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto deste Contrato, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

6.2. MULTA: É a sanção pecuniária imposta ao CONTRATADO pelo CONTRATANTE, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução dele, sendo esta parcial ou total, e aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.1. Nos casos de atrasos:

6.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove centésimos por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

6.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

6.2.1.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens 6.2.1.1 e 6.2.1.2;

6.2.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

6.2.2.1. 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

6.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

6.2.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao CONTRATADO a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos art. 96 e 137 § 4º da Lei 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

6.2.3.1. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

6.2.3.2. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

6.2.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

6.2.4.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 5 (cinco) dias; e

6.2.4.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

6.2.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

6.2.6. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto processo administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do Contrato, exceto se houver justificado interesse do CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma do item 6.1 e 6.2.

6.3. SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública, e suspende o registro cadastral do CONTRATADO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

6.3.1 - Por até 90 (noventa) dias, quando o licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

6.3.2. Por até 2 (dois) anos, quando o licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do Contrato.

6.3.3. Por até 5 (cinco) anos, quando o CONTRATADO:

6.3.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

6.3.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

6.3.3.3. Receber qualquer das multas previstas no item 6.2 e não efetuar o pagamento.

6.3.4. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

6.3.4.1. O órgão responsável pelas licitações do CONTRATANTE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

6.3.4.2. O Ordenador de Despesas do CONTRATANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

6.3.4.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial dos Municípios e registrada no SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedores.

6.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo Prefeito, à vista dos motivos informados na instrução processual.

6.4.1. Será declarada inidôneo o licitante que cometer ato como os descritos nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, conforme art. 156 da Lei 14.133/2021.

7. Disposições gerais:

7.1. As sanções previstas nos subitens 6.4 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do Contrato:

7.1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

7.1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8. Do direito de defesa

8.1. É facultado ao CONTRATADO interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.2. O recurso será dirigido ao Prefeito, que poderá reconsiderar a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

8.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, devendo constar:

8.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

8.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

8.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

8.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

8.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedor, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

9. Do assentamento em registros:

9.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial dos Municípios as sanções aplicadas com fundamento nos itens 6.1 e 6.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

9.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

10. Da sujeição a perdas e danos:

10.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, o CONTRATADO ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONTRATANTE pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

1. O presente contrato fundamenta-se na Lei 14.133/2021, nos preceitos de direito público e, supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

2. O Contrato vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n. [____/20____], constante do Processo Administrativo n. [_____] bem como à proposta do CONTRATADO.

3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Silves (AM), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Silves (AM), de 2024.

Pela Contratante	Pelo Contratado
Assinatura:	Assinatura:
Nome	Nome
Prefeito Municipal	Qualificação societária

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
-------------	-------------



PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica

Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

Nome	Nome
RG	RG

Minuta de Contrato analisada e aprovada na forma do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

Em: ____/____/____

Assessoria Jurídica



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____

Rubrica

ANEXO II-B – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento n.				Processo n.		
Órgão Emissor:				Pregão n.		
Endereço:				Ata n.		
Órgão Solicitante:				Empenho n.		
Endereço:				Telefone:		
Objeto da Ata:						
Fornecedor:						
Endereço:				CPNJ:		
Cidade:		Estado:		Telefone:		
Local da Entrega:			Prazo de Entrega:		Horário de recebimento:	
Setor responsável pelo recebimento:			Forma de Pagamento:			
Observação: AUTORIZAMOS o fornecimento de _____ abaixo discriminado(a), mediante condições constantes desta ORDEM DE FORNECIMENTO .						
Item	Produto	Marca	Unid.	Quant.	Preço	
					Unitário	Total
1						
2						
3						
TOTAL						

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: Durante o período do fornecimento, o Fornecedor deverá comprovar a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No recebimento da Ordem de Fornecimento, o Fornecedor deverá apresentar documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO: O objeto desta licitação será recebido:

- a) provisoriamente, quando da apresentação dos materiais, acompanhada da Nota Fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações técnicas;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento comprovado dos materiais, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do beneficiário da nota de empenho, desde que haja apresentação do documento fiscal correspondente.

Para cumprimento ao disposto no Parecer 004/2010 – Pleno TCE/AM, nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O **Fornecedor** deverá comprovar, no pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista, através da apresentação dos seguintes documentos:

I - Prova de **regularidade para com a Fazenda Federal** atestada através de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias**, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014, fornecida pela Receita Federal do Brasil, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;

II - Prova de **regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através do **Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal** demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;

III - Prova de **regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da proponente em validade;

IV - Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da proponente, em validade;

V - Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br)**, em validade.

VI – Prova de inexistência de ações de Falência e Recuperação Judicial, conforme Lei Federal 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim.

O descumprimento, pelo FORNECEDOR, do estabelecido no parágrafo anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

O ADQUIRENTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR.

No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo ADQUIRENTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

Pelo descumprimento de quaisquer das condições aqui estabelecidas, ficará o FORNECEDOR sujeito às penalidades do Termo de Referência.

Data da emissão: ____/____/____	Recebi e aceito as condições que nela constam.
Emissor:	Data de recebimento da OF: ____/____/____
Gestor da Ata de Registro de Preço	Carimbo e assinatura do FORNECEDOR



PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica

Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES?		
Endereço:						
Bairro:				Cidade:		
CEP:				E-mail:		
Telefone:				Fax:		
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Preço	
					Unitário	Total
01						
Valor por extenso (UNITÁRIO):						
Valor por extenso (TOTAL):						
Especificação:						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Preço	
					Unitário	Total
02						
Valor por extenso (UNITÁRIO):						
Valor por extenso (TOTAL):						
Especificação:						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Preço	
					Unitário	Total
03						
Valor por extenso (UNITÁRIO):						
Valor por extenso (TOTAL):						
Especificação:						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Preço	
					Unitário	Total
04						
Valor por extenso (UNITÁRIO):						
Valor por extenso (TOTAL):						
Especificação:						
					GLOBAL DA PROPOSTA	
Valor por extenso (GLOBAL DA PROPOSTA):						



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

A _____ (nome da empresa) _____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

INFORMA:

a) Prazo de validade da proposta: _____

b) Modo de Transporte dos Produtos:

() rodoviário/terrestre

() aéreo: () normal () expresso

() outros. Especificar: _____

c) Site e/ou e-mail do licitante: _____

d) Dados Bancários: (indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente);

e) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

f) Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade, contendo:

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

DECLARA:

Que, em cumprimento ao disposto no item **9.3**, incluiu na composição dos preços apresentados, além do lucro, todos os custos e despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação, tais como: materiais, equipamentos, utensílios, salários, benefícios, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas, transporte e insumos diversos.

Declara, ainda, que quaisquer tributos, custos e despesas eventualmente omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, e não alegará a omissão em momento posterior como justificativa para se eximir das obrigações assumidas e para reivindicar alteração no preço dos produtos.

Local e Data

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

**ANEXO IV-A – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO (Item 14.28.1)**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas cabíveis que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

**ANEXO IV-B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Item 14.28.2)**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido às Microempresa(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte, nas licitações de bens, serviços e obras na Administração Pública Estadual Direta e Indireta, a empresa, CNPJ, legalmente representada por seu (qualificação do sócio), Sr., RG e CPF, participante do procedimento licitatório n. ..., na modalidade de ..., processo n. ..., **DECLARA**, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que, a empresa acima nominada cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

ANEXO IV-C – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
(Item 14.28.3)

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico n. XXX/20XX, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. XXX/20XX, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. XXX/20XX, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. XXX/20XX quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. XXX/20XX antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Silves antes da abertura oficial das propostas; e

(f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica _____

ANEXO IV-D – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (Itens 14.28.4, 14.28.5, 14.28.6)

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que:

I- recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

II- cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação para os devidos fins elencados no art. 62 e seguintes da Lei 14.133/2021, e quanto ao fato de que não possui sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Município de Silves e de sua CPL.

III- que se responsabiliza pela qualidade dos materiais fornecidos, inclusive com a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

IV- os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

Por ser verdade assina a presente declaração.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

**ANEXO IV-E – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS (Item 14.28.7)**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

**ANEXO IV-F - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO
DO TRABALHO EM RELAÇÃO A EMPREGO DE MENOR (Item 14.28.8)**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e no inciso V do artigo 68, VI da Lei 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal 9.854, de 27 de outubro de 1999, não empregando menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva)

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica

ANEXO IV-G – DECLARAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO
(Item 14.28.9)

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta e no disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica

ANEXO IV-H – DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE (Item 14.28.10)

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, esta ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica _____

MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

À Comissão de Contratação da Prefeitura de Silves
Ref.: Pregão Eletrônico n. XXX/20XX

ATESTADO/DECLARAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) n. _____, estabelecida no (a) _____,
fornece (ou forneceu) os produtos a seguir:

Produto	Quantidade	Prazo de contratação e fornecimento

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela
empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a
desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

*Dados da empresa emitente (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar
no atestado o nome, o CNPJ e o endereço da empresa).

OBSERVAÇÃO:

1. O cabeçalho deverá conter o timbre da pessoa jurídica de direito público ou privada emitente do atestado.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

PMS/CPL
Proc. PE nº 021/2024
Fls. Nº _____
Rubrica

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. _____/20XX

Processo n. _____
Pregão Eletrônico n. _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, o **MUNICÍPIO DE SILVES**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situado no _____, Silves-AM, inscrito no CNPJ sob o n. _____, representado pelo _____, (qualificação completa), juntamente com o ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO, representado pela Secretaria Municipal de _____, tendo como titular _____, (qualificação completa), nos termos da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e do Decreto Municipal 088/2010, 322 de 04 de janeiro de 2021, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n. ____/20__, **RESOLVE** registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o n. _____, representado pelo _____ conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de _____, para os órgãos e entidades da Prefeitura de Silves, durante todo o período de vigência e de acordo com as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico n. _____, na proposta comercial, cujos termos são parte integrante nesta Ata e nos instrumentos contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

Os preços registrados estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Eletrônico n. _____, conforme o quadro abaixo (**sugestão**):



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

Item	Descrição	Quantidade Anual	Preço Unitário	Valor Anual	Marca	Beneficiário
		A	B	C = A x B		
1						
TOTAL ANUAL (R\$)						

Os preços a serem pagos ao Fornecedor serão os vigentes na data da ordem de fornecimento, independentemente da data da execução.

Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelo fornecimento de _____, objeto desta Ata de Registro de Preço, incluído frete até os locais de entrega, a serem indicados pelo Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DE PREÇO:

Os preços registrados não poderão ser reajustados no período inferior a **12 (doze) meses**.

Na hipótese de o prazo de entrega dos produtos exceder ao período de execução contratualmente previsto, caso esse atraso não seja atribuído ao Fornecedor, este contrato poderá ser reajustado pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), mediante solicitação do Fornecedor.

Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}$$

Onde: R = Valor do reajustamento calculado;

V = Valor contratual a serem reajustados;

I = Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), correspondente a data do reajuste (12 meses após a data base);

I₀ = Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), correspondente à data base.

O reajuste de que trata esta cláusula somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 1 (um) ano contado da data de apresentação da data-base da planilha orçamentária, conforme mediante justificativa da variação do custo de produção no período.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Fica o Fornecedor obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O Município acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar a compatibilidade dos valores contratados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração.

A revisão dos valores será admitida quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato.

Comprovado o desequilíbrio de que trata o item anterior, a alteração dos preços contratados poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou, mediante solicitação do Fornecedor, conforme o caso.

A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser feita acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de mercadorias, incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido.

Em qualquer hipótese, os preços decorrentes de alteração não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

A revisão dos preços registrados somente será possível se autorizada por alteração das normas federais pertinentes à política econômica.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Fornecedor será convocado pelo Município para negociação do valor.

Caso a negociação seja frustrada, o Fornecedor terá contrato rescindido e o Município poderá convocar outro Fornecedor registrado, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA:

Esta Ata de Registro de Preço tem vigência de ____ (____) meses, contada da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na imprensa oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA:

A Administração não estará obrigada a adquirir os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preço do Fornecedor, mas qualquer uma das unidades, quando o fizerem, poderão vir a requisitar quantidade para garantir o seu funcionamento.

As unidades requisitantes não participantes desta Ata deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

Os contratos estarão caracterizados após o recebimento pelo Fornecedor das Ordens de Fornecimento emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho, para cuja retirada o Fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua convocação para fazê-lo.

Quando cabível a lavratura de Termo de Contrato, o Fornecedor deverá comparecer para firmá-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua convocação.

A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pelo Fornecedor, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

1. Prova de **regularidade para com a Fazenda Federal** atestada através de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, compreendendo as contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014, fornecida pela Receita Federal do Brasil, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;
2. Prova de **regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através do **Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal** demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;
3. Prova de **regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da proponente em validade;
4. Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da proponente, em validade;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

5. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT expedida pela Justiça do Trabalho (www.tst.jus.br)**, em validade.

6. Prova de **inexistência de ações de Falência e Recuperação Judicial**, conforme Lei Federal 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim. (inserir agora)

O Fornecedor estará obrigado a atender a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço, mesmo que a respectiva execução esteja prevista para data posterior a de seu termo final.

As Ordens de Fornecimento, conforme modelo aprovado, deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

Ao receber a ordem de fornecimento, o Fornecedor deverá passar recibo na cópia que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.

Por ocasião de cada entrega de produto, o Fornecedor deverá observar rigorosamente as especificações técnicas.

Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições dos anexos do Pregão.

Das notas fiscais, o Fornecedor fará constar todas as informações necessárias ao pagamento.

O prazo máximo para entrega dos produtos será de ____ (_____) dias, contados da data do recebimento pelo Fornecedor de cada Ordem de Fornecimento, admitida prorrogação desde que apresentada e aceita justificativa.

O Fornecedor responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasionar à Administração ou a terceiros, em razão do fornecimento de produtos decorrentes da presente Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DA FORMA DE PAGAMENTO:

O recebimento será feito pela Prefeitura Municipal, através do órgão designado em termo



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

próprio.

O responsável ou a comissão responsável pelo recebimento atestará o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, conferindo os produtos, emitindo em seguida o Termo de Recebimento.

A prova de execução é a assinatura do responsável pelo recebimento no canhoto da nota fiscal, que servirá apenas como ressalva ao Fornecedor para fins de cumprimento da data de entrega.

Caso os produtos entregues estiverem em desacordo, serão devolvidos ao Fornecedor e acarretará notificação e as penalidades previstas no presente Edital.

A não entrega no dia e horário marcados, acarretará notificação e as penalidades previstas no presente Edital.

Prazo máximo de execução: ____ (_____) dias após a formulação do pedido.

Os produtos serão solicitados ou entregues parceladamente de acordo com a necessidade da Administração Municipal, mediante prévia solicitação.

O recebimento dos produtos far-se-á na forma do art. 140 e seguintes da Lei 14.133/2021.

O Fornecedor deve efetuar a substituição dos produtos que não atender as especificações do objeto contratado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da solicitação.

O pagamento será efetuado de acordo com a efetiva entrega dos produtos, na forma da lei, devendo ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura

O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura de Silves, com a efetiva entrega do produto, na forma da lei, devendo ser observada a ordem cronológica, para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida por categorias de contratos, em conformidade com o art. 141, I a IV e § 1 da Lei 14.133/2021, mediante apresentação de faturas das mercadorias devidamente atestadas por funcionário que não seja o Ordenador de Despesas, em até 30 (trinta dias) a partir do protocolo de recebimento. (adequiei conforme o artigo e lei anterior.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos.

O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

Nenhum pagamento isentará o Contratado das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva das compras efetuadas, total ou parcialmente.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Fornecedor:

1. não produziu os resultados acordados;
2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para o fornecimento dos produtos ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O Fornecedor, regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo Fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

A Administração não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Fornecedor, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo $I = (TX/100) / 365$, onde: EM = encargos moratórios; I = índice de compensação financeira = 0,00016438; TX = percentual da taxa de juros de mora anual; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela em atraso.

Em cumprimento ao disposto no Parecer 4/2010 – Pleno TCE/AM, o Fornecedor deverá comprovar, no pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista, através da apresentação dos seguintes documentos:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal atestada através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014, fornecida pela Receita Federal do Brasil, em validade;

II - Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente em validade;

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da proponente, em validade;

V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br), em validade.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

VI - Prova de inexistência de ações de Falência e Recuperação Judicial, conforme Lei Federal 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim. (inserir agora)

Registra-se ainda a vigência do Decreto nº 551, de 20 de outubro de 2023, que trata da Regulamentação no Município de Silves, a RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública Municipal a pessoas jurídicas pelo FORNECIMENTO DE BENS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, e OBRAS. Sugerimos observar com atenção o disposto no referido Decreto e Ofício Circular, disponíveis para consulta no Portal da Transparência (aba Prefeituras, Silves, Procedimentos Licitatórios, através do link <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/silves/t/procedimentos-licitatorios>).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR:

O Fornecedor será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados.

O Fornecedor deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

O Fornecedor estará obrigado a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

O Fornecedor deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração da presente Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Municípios e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato (art. 137 da Lei 14.133/2021), o Fornecedor que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa.

2. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do ajuste, de que trata a alínea “c”, o valor relativo às multas aplicadas em razão do descumprimento das obrigações inseridas na Ata de Registro de Preço e no instrumento contratual.

2. A aplicação da sanção de que trata o item 1 deste Contrato implicará ainda o descredenciamento do Município, pelo mesmo prazo, do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município de Silves;

3. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Título IV Capítulo I da Lei 14.133/2021 aplicam-se a esta licitação.

4. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao Fornecedor, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

5. Poderá o Fornecedor ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar.

6. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou instrumento equivalente, o Município poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções:

6.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando o Fornecedor descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o Contrato, nos seguintes casos:

6.1.1. Quando o Fornecedor se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o Contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

6.1.2. Quando o Fornecedor, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

6.1.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas ajustadas em cronograma, não justificado pelo Fornecedor;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

6.1.4. Quando o Fornecedor descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da Ata de Registro de Preço ou do Contrato, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

6.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária imposta ao Fornecedor por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução dele, sendo esta parcial ou total, e aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.1. Nos casos de atrasos:

6.2.1.1. **0,33%** (**trinta e três centésimos** por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove centésimos por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

6.2.1.2. **0,66%** (**sessenta e seis centésimos** por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do Município, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

6.2.1.3. **5%** (**cinco** por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens 6.2.1.1 e 6.2.1.2;

6.2.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

6.2.2.1. **15%** (**quinze** por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço ou o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

6.2.2.2. **20%** (**vinte** por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula da Ata de Registro de Preço ou do Contrato, exceto prazo de entrega.

6.2.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao CONTRATADO a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos art. 96 e 137 § 4º da Lei 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

6.2.3.1. Mediante desconto no valor das parcelas devidas ao Município; e

6.2.3.2. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

6.2.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

- 6.2.4.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 5 (cinco) dias; e
- 6.2.4.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- 6.2.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 6.2.6. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto processo administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou extinção/rescisão unilateral da Ata de Registro de Preço ou do Contrato, exceto se houver justificado interesse do Fornecedor em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma do item 6.1 e 6.2.
- 6.3. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o Fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública, e suspende o registro cadastral do Fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:
- 6.3.1 - Por até 90 (noventa) dias, quando o Fornecedor deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;
- 6.3.2. Por até 2 (dois) anos, quando o Fornecedor, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preço ou do Contrato.
- 6.3.3. Por até 5 (cinco) anos, quando o Fornecedor:
- 6.3.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- 6.3.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 6.3.3.3. Receber qualquer das multas previstas no item 6.2 e não efetuar o pagamento.
- 6.3.4. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
- 6.3.4.1. O órgão responsável pelas licitações do Fornecedor, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- 6.3.4.2. O Ordenador de Despesas, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

assinar a Ata de Registro de Preço ou o Contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

6.3.4.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial dos Municípios e registrada no SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedores.

6.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo Prefeito, à vista dos motivos informados na instrução processual.

6.4.1. Será declarada inidôneo o licitante que cometer ato como os descritos nos artigos do Capítulo II-B da Lei 14.133/2021.

7. Disposições gerais:

7.1. As sanções previstas nos subitens 6.4 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão da Ata de Registro de Preço ou o Contrato:

7.1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8. Do direito de defesa:

8.1. É facultado ao Fornecedor interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.2. O recurso será dirigido ao Prefeito, que poderá reconsiderar a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

8.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, devendo constar:

8.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

8.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

8.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

8.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

8.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedor, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

9. Do assentamento em registros:

9.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial dos Municípios as sanções aplicadas com fundamento nos itens 6.1 e 6.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021.

9.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

10. Da sujeição a perdas e danos:

10.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, o Fornecedor ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA:

O Fornecedor beneficiário poderá ter seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento ocorrerá, a pedido, quando:

1. O Fornecedor beneficiário comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido.
3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o Fornecedor poderá negociar com o órgão gerenciador visando à adequação dos preços registrados ao valor de mercado.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Comissão de Contratação

Frustrada a negociação e caso o Fornecedor não possa cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento e convocar os demais Fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

O cancelamento ocorrerá, por iniciativa do Município, quando:

1. O Fornecedor beneficiário não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
2. O Fornecedor beneficiário deixar de cumprir qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;
3. Houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
4. Não forem cumpridas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
5. O Fornecedor beneficiário não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, nota de empenho decorrente da Ata de Registro de Preços;
6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou na(s) nota(s) de empenho relativa(s) aos pedidos dela(s) decorrente(s).

Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, o Município fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor beneficiário e aos demais Fornecedores sobre a nova ordem de registro.

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

As especificações técnicas constantes no Processo Administrativo do Pregão Eletrônico n.____/20__, integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato na imprensa oficial.



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES
Comissão de Contratação

Integra o presente instrumento, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico de Registro de Preços e todos os anexos.

Fica designado como Gestor do Registro de Preços e o Órgão Gerenciador do Registro de Preços, o(a) servidor(a) _____, cargo _____ em conformidade com o disposto no Decreto 088/2010.

Fica eleito o Foro da Comarca de Silves – Amazonas para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Município de Silves e do Beneficiário.

Silves, _____ de _____ de 20XX.

Prefeito

Órgão Gestor do Registro de Preços

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome	Nome
RG	RG



Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Gestor de Contratos
Gestora de Atas de Registro de Preços

OFÍCIO CIRCULAR

Silves/AM, 24 de outubro de 2023.

À PRESTADORAS DE SERVIÇOS/FORNECEDORAS DE BENS

Ao cumprimentá-los cordialmente, passo a informar acerca dos termos do Decreto nº 551, de 20 de outubro de 2023.

O referido Decreto, cuja vigência iniciou em 23 de outubro do ano corrente, REGULAMENTA, NO MUNICÍPIO DE SILVES, A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS PELO FORNECIMENTO DE BENS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

Desta feita, as empresas com faturamento bruto superior a R\$ 4.800.000,00 (conforme art. 3º, II, da Lei Complementar 123/2006), **sofrerão retenção na fonte, de Imposto de Renda, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor** (grifo nosso) conforme art. 1º do supracitado.

Favor observar as incidências, percentuais, e a aplicação do referido decreto.

Na oportunidade, reiteramos votos de estima e apreço e coloco à disposição a CPL pelo e-mail licitacao@silves.am.gov.br e a Secretaria Municipal de Finanças, silvesfinancas@gmail.com, para informações pertinentes ao assunto.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
WENDELL DA GAMA FEITOSA
Data: 26/10/2023 12:52:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
ELCELENE BATISTA GONCALVES
Data: 26/10/2023 13:28:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SILVES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 551, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023

REGULAMENTA, NO MUNICÍPIO DE SILVES, A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS PELO FORNECIMENTO DE BENS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SILVES, Estado do Amazonas, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República, que atribui aos Municípios a titularidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1130, no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral 1.293.453, na Ação Cível Originária 2897, que deu interpretação conforme a Constituição Federal, do art. 64 da Lei Federal 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, a Instrução Normativa Receita Federal do Brasil IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012, com alterações pela Instrução Normativa Receita Federal do Brasil IN RFB Nº 2145, de 26 de junho de 2023;

CONSIDERANDO a irreversibilidade da decisão acima citada, cujo Acórdão foi objeto de Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Pública Federal, tão somente com a pretensão de obter modulação de seus efeitos;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente à retenção de tributos, em especial ao disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e seus respectivos regulamentos;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil IN RFB Nº 2094, de 15 de julho de 2022, editada pela Receita Federal do Brasil, dispondo sobre a apresentação de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);

CONSIDERANDO que o Imposto de Renda retido na fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento ao fornecimento de bens e serviços, inclusive aos contratos em curso, com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101, 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação e a deliberação do Supremo Tribunal Federal, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Receita do Município.

DECRETA:**CAPÍTULO I****DA OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO DOS TRIBUTOS**

Art. 1º. Os pagamentos realizados pela pessoa jurídica, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município de SILVES, decorrentes de fornecimento de bens ou prestação de serviços, inclusive obras, sofrerão retenção, na fonte, de Imposto de Renda, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor, tendo como base a Instrução Normativa IN RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores, especialmente pela Instrução Normativa Receita Federal do Brasil IN RFB Nº 2145, de 26 de junho de 2023, devendo também observar o disposto neste Decreto.

Art. 2º. A obrigação de retenção de Imposto de Renda alcançará todas as relações de compras, os pagamentos e os contratos efetuados pelos órgãos e pelas entidades mencionados no art. 1º deste Decreto, inclusive convênios com organizações da sociedade civil, com exceção das dispensas previstas na legislação em vigor.

Parágrafo único. Ficam excetuados da regra de retenção de que trata o caput os pagamentos referentes às liquidações realizadas com documento fiscal emitido em data anterior ao previsto a produção dos efeitos deste Decreto.

Art. 3º. A partir da data de produção dos efeitos deste Decreto, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB Nº 1.234/2012 e alterações posteriores.

§ 1º. Os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o contido neste Decreto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa e pagamento, observadas as exceções do art. 1º.

§ 2º. O fornecedor deverá indicar no campo de observação do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal. Na ausência da informação, a Secretaria de Finanças procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da IN RFB Nº 1.234/2012, ou outro documento que porventura venha a substituí-lo.

Art. 4º. O setor responsável pelas compras e licitações dos órgãos e entidades do Município deverá imediatamente à publicação deste Decreto:

I - tomar as providências necessárias para adaptar as minutas de editais de licitações e respectivos contratos administrativos a fim de constar a observância das hipóteses de retenção de Imposto de Renda previstas neste Decreto; e

II - comunicar às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto neste Decreto.

Art. 5º. A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos e relações de compras firmados por órgãos e entidades integrantes da administração pública municipal, devendo seus titulares identificarem os contratados, a fim de que passem a prever, expressamente, a obrigação de que trata o presente Decreto.

§ 1º. A alteração dos instrumentos contratuais, para cumprimento deste Decreto, deverá ser feita por meio de Termo Aditivo.

§ 2º. Caberá aos responsáveis, em relação às novas contratações, adequar os editais e as minutas de contratos administrativos.

§3º. A contratada fica obrigada a destacar o valor da retenção do Imposto de Renda pertinente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

§ 4º. A retenção que se refere este Decreto não configura despesa a ser acrescida na planilha de custo apresentada pelo fornecedor de bens ou pelo prestador de serviço.

§ 5º. A retenção prevista neste Decreto independe de previsão contratual e/ou destaque em documento fiscal.

CAPÍTULO II

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 6º. Para efeito de cálculos, o Município de SILVES adotará as alíquotas da IN RFB Nº 1.234/2012, com alterações posteriores, especificamente a coluna IR (02) do Anexo I.

Parágrafo único. Não haverá incidência na fonte de outros descontos a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de Contribuição para o PIS/PASEP, tendo em vista a inexistência de convênio a que se refere o art. 33 da Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 7º. A retenção a que se refere o art. 1º será efetuada mediante aplicação, sobre o valor a ser pago pelo fornecimento do bem ou prestação do serviço, da alíquota informada na coluna IR do Anexo I, determinada mediante a aplicação do percentual de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo determinada na forma estabelecida pelo art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

§ 1º. O percentual a ser aplicado sobre o valor a ser pago corresponderá à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido em contrato.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no art. 1º, caso o pagamento se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, com percentuais diferenciados, será aplicado o percentual correspondente ao bem adquirido ou serviço contratado.

CAPÍTULO III

DAS HIPÓTESES EM QUE NÃO HAVERÁ RETENÇÃO

Art. 8º. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda retido na fonte os pagamentos realizados por pessoas ou por serviços e mercadorias elencados nos incisos I a XXII do art. 4º da IN RFB Nº 1.234/2012.

§ 1º. A imunidade ou a isenção das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 é restrita aos serviços para os quais tenham sido instituídas, observado o disposto nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

§ 2º. A condição de imunidade e isenção deverá ser comprovada a cada pagamento a ser efetuado, mediante declaração encaminhada junto ao documento fiscal, conforme modelo do Anexo II, III ou IV, conforme o enquadramento.

Art. 9º. A pessoa jurídica que se enquadre como instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei Federal nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei Federal nº 9.532, de 1997 e/ou como optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar ao órgão ou à entidade declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV desta Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

§ 1º. O órgão ou a entidade responsável pela retenção anexará a 1ª (primeira) via da declaração de que trata o caput ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

§ 2º. No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o caput deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o caput.

§ 3º. A declaração de que trata o caput poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§ 4º. Alternativamente à declaração de que trata o caput, a fonte pagadora poderá verificar a permanência do contratado no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo do contratado informar imediatamente ao contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

§ 5º. A exigência prevista no caput e no § 4º. aplica-se no caso de prorrogação do contrato ou a cada novo contrato, ainda que nas mesmas condições do anterior.

§ 6º. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 8º, as entidades beneficentes de assistência social que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente com a declaração de que trata o caput, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

§ 7º. Para fins do disposto no § 6º, não serão aceitos comprovantes de requerimentos:

I - de concessão da certificação; e

II - de renovação da certificação protocolados fora do prazo legal ou com certificação anterior tornada sem efeito por qualquer motivo.

§ 8º. No caso de não apresentação do CEBAS, na forma prevista no § 6º, o órgão ou a entidade pagadora obriga-se a efetuar a retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento fiscal ou fatura apresentada pela entidade, mediante o código de arrecadação 6190 (demais serviços).

CAPÍTULO IV DO PRAZO DE RECOLHIMENTO

Art. 10. Os valores retidos a título de Imposto de Renda incidentes sobre rendimentos pagos a qualquer título por órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de SILVES deverão ser recolhidos na fonte ao Tesouro Municipal.

Art. 11. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.

CAPÍTULO V DO TRATAMENTO DOS VALORES RETIDOS

Art. 12. O valor do imposto retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte que sofreu a retenção, observando-se as seguintes regras:

I - o valor retido relativo ao Imposto de Renda somente poderá ser deduzido do valor do imposto apurado no próprio mês da retenção;

II - na hipótese em que o valor do Imposto de Renda retido na fonte seja superior ao devido, a diferença poderá ser compensada com o imposto mensal a pagar relativo aos meses subsequentes;

Parágrafo único. O valor a ser deduzido correspondente ao Imposto de Renda será determinado pelo próprio contribuinte mediante a aplicação, sobre o valor do documento fiscal, da alíquota respectiva à retenção efetuada.

CAPÍTULO VI DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇAS QUE CONTENHAM CÓDIGO DE BARRA

Art. 13. Nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança dos bens ou dos serviços, de que trata o art. 2º, que contenham código de barras, deverão ser informados o valor bruto do preço do bem fornecido ou do serviço prestado e o valor do Imposto de Renda a ser retido na operação, devendo o seu pagamento ser efetuado pelo valor líquido deduzido das respectivas retenções, cabendo a responsabilidade pelo recolhimento destas ao órgão ou à entidade adquirente do bem ou tomador dos serviços.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às faturas de cartão de crédito.

CAPÍTULO VII DAS SITUAÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I Do Telefone

Art. 14. Nos pagamentos de contas de telefone, a retenção será efetuada sobre o valor total a ser pago, devendo o valor retido ser deduzido pela companhia emissora da fatura, em nome da qual será emitido o comprovante de retenção.

Art. 15. No caso de aquisição do direito de uso ou de pagamento de aluguel de linhas telefônicas, a retenção será efetuada sobre o valor pago relativamente à aquisição do direito de uso ou ao aluguel de linhas telefônicas.

Seção II Dos Combustíveis, dos demais Derivados de Petróleo, do Alcool Hidratado e do Biodiesel

Art. 16. Nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal relativos à aquisição de gasolina, inclusive gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação (QAV), diretamente de refinarias de petróleo, demais produtores e de importadores será devida a retenção do Imposto de Renda utilizando-se o código 9060.

§ 1º Será ainda devida a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 9060, sobre o valor a ser pago referente à aquisição dos demais combustíveis

derivados de petróleo ou de gás natural, e dos demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de produtor, de importador, de distribuidor ou de varejista.

§ 2º Nos pagamentos efetuados aos distribuidores e aos comerciantes varejistas de gasolina, exceto gasolina de aviação, de óleo diesel, de gás liquefeito de petróleo (GLP), de derivados de petróleo ou de gás natural, e de querosene de aviação (QAV) será efetuada a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 8739.

Art. 17. Nos pagamentos efetuados ao produtor, ao importador ou ao distribuidor, correspondentes à aquisição de álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, será devida a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 9060.

Parágrafo único. Nos pagamentos efetuados aos comerciantes varejistas pela aquisição de álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes, será efetuada a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 8739.

Art. 18. Nos pagamentos efetuados ao produtor ou importador, correspondentes à aquisição de biodiesel, será devida a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 9060.

§ 1º Nos pagamentos efetuados a produtor detentor do selo “Combustível Social” concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou a agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pela aquisição de biodiesel fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, será efetuada a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 8739.

§ 2º Nos pagamentos efetuados pela aquisição de biodiesel, a distribuidor ou a comerciante varejista, será efetuada a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 8739.

Seção III

Dos Produtos Farmacêuticos, de Perfumaria, de Toucador e de Higiene Pessoal

Art. 19. Nos pagamentos efetuados às pessoas jurídicas que procedam à industrialização, à importação, à distribuição e à venda a varejo de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, será devida a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 6147.

§ 1º Nos pagamentos efetuados aos distribuidores e aos comerciantes varejistas pela aquisição dos produtos farmacêuticos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2, e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, e dos produtos de perfumaria, de toucador, ou de higiene pessoal classificados nas posições 33.03 a 33.07, e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21.00, todos da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, será efetuada a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 8767.

§ 2º Nos pagamentos efetuados às pessoas jurídicas beneficiárias de regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, previsto no art. 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que procedam à industrialização e à importação dos produtos tributados na forma do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000, classificados na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2; nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00; e na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, da Tipi, será efetuada a retenção do Imposto de Renda, utilizando-se o código 8767.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a não emissão de notas fiscais distintas para os produtos que gerem direito ao regime especial de utilização do crédito presumido, de que trata o inciso II do caput e o § 1º do art. 90 da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, sujeitará a retenção do imposto mediante o código 6147.

Seção IV

Do Aluguel de Imóveis

Art. 20. Nos pagamentos de aluguel de imóvel, quando o proprietário for pessoa jurídica, será feita retenção do Imposto de Renda sobre o total a ser pago.

§ 1º Se os pagamentos forem efetuados por intermédio de administradora de imóveis, esta deverá fornecer à unidade pagadora o nome da pessoa jurídica beneficiária e o respectivo número de inscrição no CNPJ.

§ 2º Se os pagamentos forem efetuados à entidade aberta de previdência complementar sem fins lucrativos, não haverá retenção em relação ao Imposto de Renda.

Seção V

Das Agências de Viagens e Turismo

Art. 21. Nos pagamentos correspondentes a aquisições de passagens aéreas e rodoviárias, despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins, efetuados por intermédio de agências de viagens, a retenção será feita sobre o total a pagar a cada empresa prestadora do serviço e, quando for o caso, do operador aeroportuário, sobre o valor referente à tarifa de embarque, e da agência de viagem, sobre os valores cobrados a título de comissão pela intermediação da comercialização do bilhete de passagem ou pela prestação do serviço de agenciamento de viagens na venda de passagens aos órgãos e entidades públicas.

§ 1º. Para fins do disposto no caput, a agência de viagem apresentará documento de cobrança ao órgão ou à entidade observando-se o seguinte:

I - apresentará fatura e nota fiscal em seu nome somente em relação ao valor cobrado pela intermediação da comercialização do bilhete de passagem ou pela prestação do serviço de agenciamento de viagens na venda de passagens aos órgãos e entidades públicas, os quais se sujeitam à retenção de que trata o art. 2º;

II - apresentará à contratante faturas de sua emissão, separadas por prestador do serviço, das quais deverão constar:

a) o nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa prestadora do serviço e o número e valor da nota fiscal, no caso de despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins;

b) o nome e o número de inscrição no CNPJ da empresa prestadora do serviço e o número e valor do bilhete de passagem aérea ou rodoviária emitido pela empresa transportadora, excluídos a tarifa de embarque, o pedágio e o seguro, no caso de venda de passagens;

c) o número de inscrição no CNPJ do operador aeroportuário e, em destaque, o valor da tarifa de embarque; e

d) o nome do usuário do serviço, que deverá ser identificado nas situações previstas nas alíneas “a” e “b”.

§ 2º. A indicação do número de inscrição no CNPJ da empresa prestadora do serviço e, quando for o caso, do operador aeroportuário, poderá ser efetuada em documento distinto do documento de cobrança.

§ 3º No caso de diversos bilhetes de uma mesma empresa de transporte, o número de inscrição no CNPJ poderá ser indicado apenas na linha correspondente ao 1º (primeiro) bilhete listado.

§ 4º. O valor do imposto retido poderá ser deduzido pelas empresas prestadoras dos serviços e, quando for o caso, pelo operador aeroportuário, na forma prevista no art. 10, devendo o comprovante anual de retenção de que trata o art. 37 da IN RFB nº 1234/2012 ser fornecido em nome de cada um desses beneficiários.

§ 5º. Como forma de comprovação da retenção de que trata este artigo, o órgão ou a entidade que efetuar o pagamento deverá fornecer, por ocasião do pagamento, à agência de viagem, cópia do DARF ou de qualquer outro documento que comprove que as retenções foram efetuadas em nome das empresas prestadoras do serviço.

§ 6º. Para fins de prestação de contas, as agências de viagem repassarão às empresas prestadoras dos serviços listados nas alíneas “a” e “b” do inciso II do § 1º o valor líquido recebido, já deduzido das retenções efetuadas em nome destas e do operador aeroportuário, acompanhado do comprovante referido no § 5º.

§ 7º As empresas de transporte aéreo repassarão ao operador aeroportuário o valor referente à tarifa de embarque recebido das empresas de turismo, já deduzido das retenções efetuadas em nome deste, acompanhado do comprovante de retenção referido no § 5º.

§ 8º. As empresas prestadoras dos serviços de que trata o § 6º e o operador aeroportuário deverão considerar como receita o valor líquido recebido mais as retenções efetuadas.

§ 9º. A base de cálculo da retenção a que se refere o *caput*, relativamente às aquisições de passagens aéreas e rodoviárias, é o valor bruto das passagens utilizadas, constantes do bilhete emitido pelas agências de viagens, nominal ao servidor, e não poderá ser diferente do valor de venda no balcão pelas empresas de transporte aéreo ou rodoviário, para o mesmo trecho e período, não sendo admitidas às agências de viagens efetuarem deduções ou acréscimos a qualquer título.

Seção VI Da Propaganda e Da Publicidade

Art. 22. Nos pagamentos referentes a serviços de propaganda e publicidade a retenção será efetuada em relação à agência de propaganda e publicidade e a cada uma das demais pessoas jurídicas prestadoras do serviço, sobre o valor das respectivas notas fiscais.

§ 1º. Na hipótese de que trata o *caput*, a agência de propaganda deverá apresentar, ao órgão ou à entidade, documento de cobrança, do qual deverão constar, no mínimo:

I - o nome e o número de inscrição no CNPJ de cada empresa emitente de nota fiscal, listada no documento de cobrança; e

II - o número da respectiva nota fiscal e o seu valor.

§ 2º. No caso de diversas notas fiscais de uma mesma empresa, os dados a que se refere o inciso I do § 1º poderão ser indicados apenas na linha correspondente à 1ª (primeira) nota fiscal listada.

§ 3º. O valor do imposto retido poderá ser deduzido pela empresa emitente da nota fiscal, na forma do art. 10, na proporção de suas receitas, devendo o comprovante anual de retenção de que trata o art. 37 da IN RFB nº 1234/2012 ser fornecido em nome de cada empresa beneficiária.

§ 4º A retenção, na forma deste artigo, implica a dispensa da retenção do Imposto de Renda na fonte de que trata o *caput* e o inciso II do art. 53 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Seção VII Das Cooperativas e das Associações de Profissionais ou Assemelhadas

Subseção I Das Disposições Gerais

Art. 23. As operações de comercialização ou de industrialização, pelas cooperativas agropecuárias e de pesca, de produtos adquiridos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais, as quais se sujeitarão à retenção e ao recolhimento do Imposto de Renda.

§ 1º Para efeito da retenção de que trata o *caput*, as cooperativas de produção deverão segregar, em seus documentos fiscais, as importâncias relativas aos atos a que se refere o *caput* das importâncias correspondentes às operações com não cooperados.

§ 2º Na hipótese de emissão de documento fiscal sem observância das disposições previstas no § 1º, a retenção do Imposto de Renda se dará sobre o valor total do documento fiscal apresentado pela cooperativa para cobrança.

Subseção II **Das Cooperativas de Trabalho e das Associações Profissionais**

Art. 24. Nos pagamentos efetuados às cooperativas de trabalho e às associações de profissionais ou assemelhadas serão retidos o Imposto de Renda na fonte à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre as importâncias relativas aos serviços pessoais prestados por seus cooperados ou associados, cujo prazo para o recolhimento será até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês da ocorrência do fato gerador, mediante o código de arrecadação 3280 - Serviços Pessoais Prestados Por Associados de Cooperativas de Trabalho.

§ 1º Na hipótese de o faturamento das entidades referidas neste artigo envolver parcela de serviços fornecidos por terceiros não cooperados ou não associados, contratados ou conveniados, para cumprimento de contratos com os órgãos e com as entidades relacionados no art. 1º aplicar-se-á, a tal parcela, a retenção do Imposto de Renda, estabelecida no art. 1º, no percentual total, previsto no Anexo I.

§ 2º Para efeito das retenções de que trata o caput e o § 1º, as cooperativas de trabalho e as associações de profissionais ou assemelhadas deverão emitir faturas distintas, segregando as importâncias relativas:

I - aos serviços pessoais prestados por seus cooperados ou associados, cabendo a retenção de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) de Imposto de Renda sobre a quantia relativa aos serviços pessoais prestados por seus cooperados ou associados.

II - aos serviços de terceiros não associados ou não cooperados (pessoas físicas) e de pessoas jurídicas, cooperadas ou não, as quais deverão segregar as importâncias referentes aos serviços prestados, cabendo a retenção do Imposto de Renda na fonte calculado com base na tabela progressiva mensal, sobre o total pago a cada pessoa física

III - à comissão ou taxa de administração do contrato, cabendo a retenção da cooperativa ou da associação .

§ 3º As faturas ou documento de cobrança a que se refere o inciso II do § 2º deverão ser acompanhados das respectivas notas fiscais ou recibos correspondentes aos valores dos fornecimentos dos serviços de cada pessoa jurídica ou física, dos quais deverão constar, no mínimo:

I - no caso de pessoa jurídica:

a) o nome e o número de inscrição no CNPJ de cada empresa emitente de nota fiscal, listada no documento de cobrança; e

b) o número da respectiva nota fiscal e o seu valor;

II - no caso de pessoa física, o nome e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e o valor a ser pago a cada uma das pessoas físicas prestadoras dos serviços.

§ 4º No caso de diversas notas fiscais ou recibos de uma mesma pessoa jurídica, ou física, os dados a que se referem os incisos I e II do § 3º poderão ser indicados apenas na linha correspondente à 1ª (primeira) nota fiscal ou recibo listado.

§ 5º As notas fiscais e os recibos de que trata o § 3º deverão ser emitidos em nome da pessoa jurídica pagadora.

§ 6º As notas fiscais ou recibos de que trata o § 3º poderão, a critério da pessoa jurídica pagadora, ficar arquivadas em poder da associação profissional ou da cooperativa, devendo, entretanto, as retenções de que tratam o inciso II do § 2º serem efetuadas pela pessoa jurídica que efetuar o pagamento, em nome de cada pessoa física ou jurídica prestadora dos serviços, sem prejuízo da entrega à RFB, pela pessoa jurídica pagadora, da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) prevista no § 2º do art. 37 da IN RFB nº 1234/2012.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no inciso I do § 2º, na hipótese de emissão de documentos fiscais sem a segregação dos serviços conforme previsto no § 2º, a retenção do Imposto de Renda se dará sobre o valor total do documento fiscal ou fatura emitida pela cooperativa ou associação, na forma prevista na alínea “c” do inciso II do § 2º.

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se a cooperativas de proprietários de veículos para locação, bem como a quaisquer outras cooperativas que prestem serviços mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

Art. 25. Aplica-se o disposto nos art. 13, 17, 18, 23, 27 a 33, 35 e 36 da IN RFB 1234/2012 nos casos de

CAPÍTULO VIII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 26. A Secretaria Municipal de Finanças emitirá normatização complementar ao disposto neste Decreto, caso seja necessário.

§1º. As normativas previstas neste Decreto não se aplicam às despesas já liquidadas ou que estejam em processo de liquidação.

§2º. As regras previstas neste Decreto deverão ser observadas às notas fiscais que forem emitidas para a administração pública municipal a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 27. Não incidirá retenção a título de Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública cobrada nas faturas de consumo de energia elétrica emitidas por distribuidoras de energia elétrica, conforme convênio firmado com o Município.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Raimundo Paulino de Almeida Grana
Prefeito do Município de Silves

Anexo I

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (01)	Alíquota IR (02)	Código da Receita
Alimentação; Energia elétrica; Serviços prestados com emprego de materiais; Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1.234/2012; Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1.234/2012; Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; e Mercadorias e bens em geral.	1,20	6147
Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB 1.234/2012; Alcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB 1.234/2012; Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB 1.234/2012.	0,24	9060
Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; Alcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	0,24	8739
Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN RFB 1.234/2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB 1.234/2012; Produtos de que tratam as <i>alíneas</i> "c" a "k" do inciso I do art. 5º da IN RFB 1.234/2012; Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB 1.234/2012.	1,20	8767
Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850	2,40	6175
Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais	2,40	8850
Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas	0,00	8863
Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; Seguro saúde.	2,40	6188
Serviços de abastecimento de água; Telefone; Correio e telégrafos; Vigilância; Limpeza; Locação de mão de obra; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Factoring; Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos	4,80	6190

por servidor, por empregado ou por animal; Demais serviços.		
--	--	--

Anexo II

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

1. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, *alínea "c"* da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

2. () Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. () Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

2. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal,

por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas .

Local e data.....

Assinatura do Responsável

Anexo III

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter, a que se refere o art. 15 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) é entidade sem fins lucrativos;

b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que

se destinam;

c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;

d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição

de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às

penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

Anexo IV

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

Publicado por:

Maura Sposito Antony

Código Identificador: QPWN41RNH

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 23/10/2023 - Nº 3473. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>